



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS

EDITAL 148/21
ABERTURA DE PROCESSO SELETIVO
PUBLICADO EM 22/12/2021

**PROCESSO SELETIVO E MATRÍCULA DOS CANDIDATOS APROVADOS NO
PROGRAMA ESPECIAL DE FORMAÇÃO DE DOCENTES
ANO 2022 – 1º SEMESTRE**

O DIRETOR GERAL DO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS – CEFET-MG, autarquia federal de regime especial, faz saber aos interessados que no período de **04 de janeiro a 07 de fevereiro de 2022** estarão abertas, **exclusivamente por meio da internet**, as inscrições ao processo seletivo do **1º semestre letivo de 2022**, para ingresso no Programa Especial de Formação de Docentes (PEFD), em Belo Horizonte. A seleção para as vagas que trata este edital compreenderá as seguintes etapas: (a) análise do histórico escolar do curso de graduação e (b) avaliação de um Memorial Descritivo.

1 DO CURSO, DURAÇÃO, TURNO E NÚMERO DE VAGAS

- 1.1 O Programa Especial de Formação de Docentes atende a Resolução CNE Nº 2/2015 e é reconhecido pela Portaria MEC SERES nº 565/18, de 21 de agosto de 2018. Para o 1º Semestre de 2022, o Programa oferecerá habilitação única em uma das disciplinas **Biologia, Física, Língua Portuguesa, Matemática** ou **Química**, que integram as 04 (quatro) séries finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio.
 - 1.1.1 O candidato poderá escolher **apenas uma habilitação**.
- 1.2 O Programa terá carga horária total de **1.300 horas**, duração de **02 (dois) anos (4 semestres)**, será presencial com aulas de segunda a sexta-feira e será realizado no período noturno, no CEFET-MG, Campus II, Av. Amazonas, 7.675 - Nova Gameleira – Belo Horizonte/MG.
- 1.3 O Programa ofertará **44 (quarenta e quatro) vagas** no 1º Semestre de 2022, PARA OS CANDIDATOS QUE JÁ TENHAM CONCLUÍDO UM CURSO DE GRADUAÇÃO, exceto licenciatura ou curso de pedagogia. As vagas serão preenchidas de acordo com a classificação do candidato. Ressalva-se que caso não haja o mínimo de 5 (cinco) candidatos aprovados para qualquer uma das habilitações ofertadas neste edital, o CEFET-MG se reserva o direito de cancelar a oferta de vagas para essa habilitação. As vagas decorrentes do eventual cancelamento serão destinadas aos candidatos melhor classificados na Lista de Espera (lista de excedentes) e, conseqüentemente, elas serão designadas à respectiva habilitação por eles escolhida.
- 1.4 O candidato deverá ter na matriz curricular da graduação, concluída ou a ser concluída até o dia da Pré-matrícula *on-line* no curso (seção 16), **um mínimo de 400 (quatrocentas) horas de disciplinas na área da habilitação pretendida**.
- 1.5 A carga horária informada no item 1.4 deverá ser comprovada no ato da submissão de documentos, conforme descrito na seção 5.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS

- 1.6 As vagas para o Programa Especial de Formação de Docentes, ofertadas no CEFET-MG para o 1º Semestre de 2022, estão distribuídas de acordo com o **Anexo I** deste edital.

2 DA DISTRIBUIÇÃO DAS VAGAS

- 2.1 Em cumprimento à Lei 12.711, de 12 de agosto de 2012 (e suas alterações posteriores), as **44 (quarenta e quatro) vagas** destinadas ao Programa Especial de Formação de Docentes (Processo Seletivo 2022.1), serão ofertadas com a seguinte divisão:
- 50% delas serão destinadas ao acesso pela Ampla Concorrência (AC); e
 - 50% delas serão destinadas ao acesso pelas modalidades do Sistema de Reserva de Vagas (SRV), respeitando-se a ordem de classificação dos candidatos.
- 2.2 **Ampla Concorrência (AC):** os candidatos que estiverem habilitados conforme seção 1 deste Edital poderão concorrer às vagas da Ampla Concorrência e essas serão preenchidas respeitando-se a classificação obtida por meio das notas dos candidatos.
- 2.3 As vagas alocadas às modalidades do **Sistema de Reserva de Vagas (SRV)** serão distribuídas adotando-se os seguintes critérios:
- Todas as vagas do SRV serão destinadas exclusivamente aos candidatos que tenham cursado integralmente o ensino médio em **escolas públicas brasileiras** em cursos regulares ou no âmbito da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), ou que tenham obtido certificado de conclusão com base no resultado do Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) ou no resultado de exames de certificação de competência ou de avaliação de jovens e adultos realizados pelos sistemas estaduais de ensino;
 - No mínimo, 50% dessas vagas serão reservadas aos candidatos com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo per capita; e,
 - Proporção mínima igual a de pretos, pardos, indígenas e deficientes na população de Minas Gerais, segundo o censo Demográfico IBGE 2010 (Quadro 1), ou seja, 53,66% (9,22% de pretos, 44,59% de pardos, 0,16% de indígenas) e 8,43% (deficientes) das vagas do SRV serão destinados para esses dois grupos populacionais.

Quadro 1 – Dados populacionais – Censo IBGE 2010

População	Total – MG	Negros		Indígenas (I)	Total – PPI	Deficientes
		Pretos (P)	Pardos (P)			
MG	19.594.834	1.807.526	8.736.860	31.601	10.575.987	1.651.674
Porcentagem	100%	9,22%	44,59%	0,16%	53,66%	8,43% ¹

- d. As cotas étnico-raciais destinam-se aos INDÍGENAS e NEGROS, sendo que estes podem ser pretos ou pardos.
- d.1 Recomenda-se que o candidato assista ao vídeo “Entenda a verificação étnica e racial” disponível em www.vestibular.cefetmg.br

¹ Valor adotado pelo Ministério da Educação (MEC), a partir de 2018, fundamentado em um reestudo realizado, em conjunto com o IBGE e outros órgãos e entidades da Administração Pública Federal, sobre os critérios aplicados no tratamento dos dados do CENSO 2010.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS

2.4 Para aplicação do disposto nos itens 2.1, 2.2 e 2.3, o candidato deverá, no ato da inscrição, optar por uma das seguintes modalidades de vagas à qual deseja concorrer:

- a. **L10 • Reserva de Vagas: Escola Pública, Renda, Cor-Etnia, Com deficiência** – modalidade para candidatos com deficiência, autodeclarados negros (pretos ou pardos) ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas brasileiras em cursos regulares ou no âmbito da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), ou que tenham obtido certificado de conclusão com base no resultado do Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) ou no resultado de exames de certificação de competência ou de avaliação de jovens e adultos realizados pelos sistemas estaduais de ensino.
- b. **L02 • Reserva de Vagas: Escola Pública, Renda e Cor-Etnia** – modalidade para candidatas autodeclarados negros (pretos ou pardos) ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas brasileiras em cursos regulares ou no âmbito da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), ou que tenham obtido certificado de conclusão com base no resultado do Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) ou no resultado de exames de certificação de competência ou de avaliação de jovens e adultos realizados pelos sistemas estaduais de ensino.
- c. **L09 • Reserva de Vagas: Escola Pública, Renda e Com deficiência** – modalidade para candidatos com deficiência, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas brasileiras em cursos regulares ou no âmbito da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), ou que tenham obtido certificado de conclusão com base no resultado do Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) ou no resultado de exames de certificação de competência ou de avaliação de jovens e adultos realizados pelos sistemas estaduais de ensino.
- d. **L01 • Reserva de Vagas: Escola Pública e Renda** – modalidade para candidatos com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas brasileiras em cursos regulares ou no âmbito da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), ou que tenham obtido certificado de conclusão com base no resultado do Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) ou no resultado de exames de certificação de competência ou de avaliação de jovens e adultos realizados pelos sistemas estaduais de ensino.
- e. **L14 • Reserva de Vagas: Escola Pública, Cor-Etnia e Com deficiência** – modalidade para candidatas com deficiência, autodeclarados negros (pretos ou pardos) ou indígenas que, independentemente da renda familiar, tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas brasileiras em cursos regulares ou no âmbito da modalidade de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS

Educação de Jovens e Adultos (EJA), ou que tenham obtido certificado de conclusão com base no resultado do Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) ou no resultado de exames de certificação de competência ou de avaliação de jovens e adultos realizados pelos sistemas estaduais de ensino.

- f. **L06 • Reserva de Vagas: Escola Pública e Cor-Etnia** – modalidade para candidatos autodeclarados negros (pretos ou pardos) ou indígenas que, independentemente da renda familiar, tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas brasileiras em cursos regulares ou no âmbito da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), ou que tenham obtido certificado de conclusão com base no resultado do Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) ou no resultado de exames de certificação de competência ou de avaliação de jovens e adultos realizados pelos sistemas estaduais de ensino.
 - g. **L13 • Reserva de Vagas: Escola Pública e Com deficiência** – modalidade para candidatos com deficiência que, independentemente da renda familiar, tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas brasileiras em cursos regulares ou no âmbito da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), ou que tenham obtido certificado de conclusão com base no resultado do Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) ou no resultado de exames de certificação de competência ou de avaliação de jovens e adultos realizados pelos sistemas estaduais de ensino.
 - h. **L05 • Reserva de Vagas: Escola Pública** – modalidade para candidatos que, independentemente da renda familiar, tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas brasileiras em cursos regulares ou no âmbito da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), ou que tenham obtido certificado de conclusão com base no resultado do Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) ou no resultado de exames de certificação de competência ou de avaliação de jovens e adultos realizados pelos sistemas estaduais de ensino.
 - i. **AC • Ampla Concorrência** – candidatos que concluíram o Ensino Médio (ou equivalente) em instituição de ensino reconhecida pelo MEC ou por órgão equivalente, sendo a nota o único critério de classificação.
- 2.5 Considerando as determinações expostas nas seções 1 e 2, o Quadro de Vagas resultante é mostrado no **Anexo I** deste edital, no qual podem ser vistas, também, informações sobre o curso, local de realização e distribuição das vagas por modalidade a serem ofertadas no 1º Semestre de 2022.
- 2.6 No transcorrer das possíveis chamadas para matrícula que forem necessárias neste Processo Seletivo, a COPEVE poderá tomar providências para o aproveitamento, entre as modalidades destinadas ao SRV, de eventuais vagas residuais não preenchidas e desprovidas de candidatos classificados que possam ocupá-las. Nessas situações, as vagas residuais serão transferidas para a modalidade seguinte considerando a sequência de modalidades apresentada no item 2.4.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS**

- 2.7 No caso de não preenchimento das vagas segundo os critérios estabelecidos nos itens 2.1, 2.3, 2.4 e 2.6 para o SRV, as vagas remanescentes poderão ser preenchidas por candidatos da Ampla Concorrência.
- 2.8 Considera-se escola pública brasileira, para fins de concorrência às modalidades de reserva de vagas, a instituição de ensino criada ou incorporada, mantida e administrada pelo Poder Público (Administração Pública – direta ou indireta – da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios), nos termos do inciso I, Art. 19 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- 2.9 Para fins deste Edital, somente poderão concorrer às vagas reservadas a **Pessoas com Deficiência (PcD)**, os candidatos que se enquadrem no Art. 2º da Lei 13.146/2015 (Estatuto de Inclusão da Pessoa com Deficiência) e nas categorias discriminadas no Art. 4º do Decreto 3.298/1999, com as alterações introduzidas pelo Decreto 5.296/2004, no § 1º do Art. 1º da Lei 12.764/2012 (Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista), regulamentada pelo Decreto 8.368/14, e as contempladas pelo enunciado da Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça (STJ), observados os dispositivos da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Decreto 6.949/2009.
- 2.10 As condições de elegibilidade para concorrer às vagas reservadas a Pessoas com Deficiência estão demonstradas no **Anexo II, letras E e F**. O referido anexo apresenta tanto as categorias de deficiência que habilitam o candidato a essa concorrência quanto aquelas que não autorizam o interessado a concorrer como PcD pelo SRV.
- 2.11 Para concorrer às vagas destinadas às Pessoas com Deficiência (PcD), o candidato deverá selecionar a opção correspondente no ato da inscrição, utilizando o sistema eletrônico de inscrições da COPEVE do CEFET-MG.
- 2.12 **Não poderão concorrer às vagas destinadas ao SRV** os estudantes que tenham, **em algum momento, cursado em escolas particulares parte do Ensino Médio**, ou que tenham cursado disciplinas isoladas ou séries do Ensino Médio em escolas não gratuitas ou similares, escolas conveniadas, filantrópicas ou pertencentes ao sistema “S” de ensino (Senai, Sesi e Senac) ou Telecurso 2000, **ainda que com a percepção de bolsa de estudos (total ou parcial)**.
- 2.13 O CEFET-MG avaliará e exigirá a comprovação da escolaridade na rede pública, e/ou da renda familiar bruta *per capita* e/ou de deficiência dos candidatos classificados e convocados por meio da Reserva de Vagas – em qualquer das chamadas do Processo Seletivo – **sob pena de perda da vaga em caso de não aceitação de sua tentativa de comprovação**, nos termos do **Anexo II** deste Edital e demais normas aplicáveis.
- 2.14 Compete exclusivamente ao candidato certificar-se de que cumpre **todos** os requisitos estabelecidos para concorrer às vagas, sob pena de, se classificado no Processo Seletivo, perder o direito à vaga.
- 2.15 **Caso o total de aprovados (SRV e AC) seja em número igual ou inferior ao número total de vagas ofertadas (44 vagas), automaticamente, todos os candidatos serão considerados de Ampla Concorrência, devendo tão somente efetuarem a pré-matrícula on-line e matrícula presencial, não sendo necessária a comprovação de exigências do SRV para aqueles que tenham se inscrito para essa modalidade.**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS

3 DA INSCRIÇÃO

- 3.1 As inscrições serão efetuadas **exclusivamente por meio da Internet**, no endereço eletrônico www.vestibular.cefetmg.br, a partir do dia **04 de janeiro** até às 23h59 do dia **07 de fevereiro de 2022**.
- 3.2 O valor da taxa de inscrição será de **R\$ 40,00 (quarenta reais)** e o pagamento do boleto (Guia de Recolhimento da União - GRU) deverá ser efetuado, por meio da rede bancária, **até a data impressa no próprio boleto** emitido, **exclusivamente**, pelo sistema eletrônico de inscrições da COPEVE do CEFET-MG, na Área do Candidato (em "Acompanhar Inscrição").
- 3.2.1 A reemissão de boletos com nova data de vencimento estará disponível no mencionado sistema até a data-limite para pagamento informada no item 3.2.2 abaixo.
- 3.2.2 Ressalvada a hipótese de isenção da taxa de inscrição (seção 4), o candidato que não efetuar o pagamento correspondente à taxa de inscrição **até o dia de vencimento, 08 de fevereiro de 2022**, NÃO terá a sua inscrição efetivada e, conseqüentemente, estará excluído do Processo Seletivo.

3.3 Procedimentos para a inscrição

- 3.3.1 Para efetuar a inscrição o candidato deverá:
- Acessar** o sistema eletrônico de inscrições no endereço www.vestibular.cefetmg.br e seguir todas as instruções para efetivação da inscrição mostradas em tela.
 - Informar, obrigatoriamente, o número do **CPF do próprio candidato**
 - Informar, obrigatoriamente, o **Documento oficial de identidade do candidato**
 - Para a inscrição, serão considerados documentos válidos: Cédula de identidade (RG); Carteira de trabalho (CTPS); Carteira Nacional de Habilitação (CNH) - somente o modelo com foto; Carteiras expedidas pelos Comandos Militares (Forças Armadas); Carteiras expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública; Carteiras expedidas pelos Institutos de Identificação Oficiais; Carteiras expedidas pelas Polícias Militares, pelos Corpos de Bombeiros Militares e pela Polícia Federal; Carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Órgãos, Ordens, Conselhos, etc.) criados por Lei Federal (desde que contenham foto, impressão digital e o número da cédula de identidade que lhe deu origem); Carteiras funcionais do Ministério Público e as expedidas por órgão público que, por Lei Federal, valem como identificação; Passaporte.
 - Para candidato estrangeiro, os documentos aceitos são: Cédula de Identidade expedida pela Polícia Federal ou Passaporte com visto temporário de estudante válido.
 - Fazer opção pela modalidade pretendida.

Importante:

- Após a efetivação da inscrição, a opção acima (item 3.3.1, d) **PODERÁ** ser alterada, mas **APENAS ENQUANTO** o período de inscrições estiver **ABERTO**;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS

- Somente as opções feitas pelo candidato que estiverem registradas no sistema eletrônico de inscrições no momento (data/hora) de encerramento das inscrições serão consideradas para todos os efeitos e eventos posteriores do Processo Seletivo;
 - Apenas um boleto bancário precisará ser pago para um mesmo CPF de candidato não-isento, independentemente de quantas alterações de opções de concorrência forem feitas pelo candidato durante o período de inscrições;
 - A escolha da modalidade de vagas a que deseja concorrer no presente Processo Seletivo será baseada na lista descrita no item 2.4.
- e. Imprimir o boleto bancário ou copiar o código de barras para efetuar o pagamento da taxa de inscrição.
- f. Pagar o boleto bancário relativo à taxa de inscrição, excetuando-se os casos de deferimento de isenção nos termos do item 4.5.2 deste Edital.
- g. Pagar o boleto bancário impreterivelmente, até o dia **08 de fevereiro de 2022**.

Nota 1: Recomenda-se não agendar o pagamento do boleto (GRU) para o último dia de vencimento do boleto bancário.

3.4 Disposições sobre as inscrições

- 3.4.1 O candidato será o único responsável pelo correto e completo preenchimento da sua inscrição, bem como a efetivação do pagamento da taxa da inscrição.
- 3.4.2 Em hipótese alguma a taxa de inscrição será devolvida, exceto no caso previsto no item 21.3.
- 3.4.3 O candidato deverá declarar, no formulário de inscrição, que atende a todos os requisitos constantes dos atos disciplinares deste Processo Seletivo. A inscrição implicará o conhecimento expresso e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste edital, em relação às quais o candidato não poderá alegar desconhecimento.
- 3.4.4 Todas as informações necessárias ao candidato estarão disponíveis na página da COPEVE no endereço eletrônico www.vestibular.cefetmg.br. Somente quando julgado pertinente pelo CEFET-MG, as comunicações individuais da Coordenação de Processos Seletivos (COPEVE) serão realizadas por meio de ligações telefônicas, e-mail ou SMS, segundo os dados declarados pelo candidato no requerimento de inscrição.
- 3.4.5 A inexatidão das declarações ou informações prestadas pelo candidato (e/ou seu procurador) no ato de sua inscrição ou a falsidade documental, ainda que verificadas posteriormente à realização do Processo Seletivo, implicarão na eliminação do candidato, sendo declarados nulos os respectivos atos, sem prejuízo das sanções penais e cíveis cabíveis.
- 3.4.6 O pagamento da Taxa de Inscrição sem o preenchimento correto do Requerimento de Inscrição ou preenchimento do Requerimento de Inscrição sem o pagamento da Taxa de Inscrição não validarão a inscrição do candidato. Também, não será homologada a inscrição cujo pagamento seja realizado em desobediência às condições previstas no item 3.3.1.
- 3.4.7 O pagamento do boleto bancário não será aceito em cheque, cartão de crédito, nem por meio de envelope em caixa eletrônico ou de agendamento do pagamento para dia posterior à data-limite especificada para este Processo Seletivo (08/02/2022). Quaisquer intercorrências



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS**

e problemas relativos à não quitação do pagamento, nos casos de agendamento, são de responsabilidade exclusiva do candidato e/ou seu representante legal.

- 3.4.8 O CEFET-MG não se responsabiliza por inscrição não recebida por motivos operacionais, congestionamento, falhas das linhas de comunicação ou qualquer outro motivo que impossibilite a transferência de dados para a sua consolidação.
- 3.4.9 O CEFET-MG não se responsabiliza, também, por boletos bancários (guias de recolhimento ou documentos equivalentes) emitidos fora da Área do Candidato (em “Acompanhar Inscrição”) disponível na plataforma oficial da Instituição (www.vestibular.cefetmg.br).
- 3.4.10 O CEFET-MG não se responsabiliza por equívocos do candidato quanto ao pagamento do boleto de inscrição na rede bancária e seus correspondentes, e nem por eventuais problemas no relacionamento comercial entre o candidato e as instituições da rede bancária que afetem negativamente o correto pagamento da Taxa de Inscrição.
- 3.4.11 Não será passível de modificação o número do CPF informado pelo candidato. Se necessária a retificação, o candidato deverá efetuar uma nova inscrição e pagar o boleto correspondente a ela, sempre observando os prazos e demais condições definidas neste Edital.
- 3.4.12 Durante o procedimento de inscrição, o candidato será solicitado a criar uma senha de acesso pessoal (individual) ao Sistema Eletrônico da COPEVE|CEFET-MG. Ao criá-la, o candidato deve atentar para a manutenção de seu sigilo, dado que todos os procedimentos posteriores a serem feitos de forma segura, na citada plataforma eletrônica, farão uso dessa senha de acesso.
- 3.4.13 Por meio da senha pessoal será possível, também, acessar a Área do Candidato no Sistema Eletrônico e acompanhar a situação geral da inscrição e do seu pagamento. A Área do Candidato constitui-se, portanto, de um local virtual de uso exclusivo do interessado.
- 3.4.14 Serão consideradas indeferidas as inscrições que se enquadrarem nas seguintes situações:
- a. Falta de pagamento da taxa de inscrição;
 - b. Pagamento agendado e não efetivado até a data-limite;
 - c. Pagamento realizado após a data-limite.

3.5 Atendimento a dúvidas durante o período de inscrições e demais etapas do processo seletivo

- 3.5.1 O candidato poderá encaminhar dúvidas à COPEVE|CEFET-MG, por e-mail (copeve@cefetmg.br).
- 3.5.2 No campo ASSUNTO, o candidato deverá identificar o Processo Seletivo: PS FORMAÇÃO DOCENTES 2022.1
- 3.5.3 O serviço de atendimento por e-mail responderá das 10h às 19h (em dias úteis), e o prazo de resposta será de até 5 (cinco) dias úteis.
- 3.5.4 Não haverá atendimento presencial e nem telefônico pela COPEVE|CEFET-MG, enquanto durar o estado emergencial da Pandemia COVID-19.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS

4 DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

4.1 O **Programa de isenção da taxa de inscrição** para o Programa Especial de Formação de Docentes destina-se ao atendimento do candidato que, em função de sua condição socioeconômica, não pode arcar com o pagamento da taxa de inscrição.

4.2 Condições para requerimento de isenção

4.2.1 Em consonância com os princípios da Lei 12.799/13, terá assegurada a isenção total da taxa de inscrição o candidato que **comprovar, via documento (declaração da instituição de ensino ou histórico escolar)**, cumulativamente:

- a. Ter cursado o Ensino Médio completo em escola da rede pública ou como **bolsista integral (100%)** em escola da rede privada;
- b. Ter renda familiar per capita igual ou inferior a um salário mínimo e meio, considerando os 3 (três) meses anteriores ao mês de abertura do período de inscrições deste Processo Seletivo, ou seja, os meses de **outubro, novembro e dezembro de 2021**.

4.3 Período

4.3.1 O período de inscrição para o Programa de Isenção é do dia **04 de janeiro de 2022** até às **23h59** do dia **24 de janeiro de 2022**.

4.4 Procedimentos e documentos para o requerimento de isenção

4.4.1 Os procedimentos para efetivar o requerimento de isenção, bem como os documentos necessários e sua forma de envio à COPEVE para análise estão descritos no **Anexo V**.

4.5 Resultado das solicitações de isenção e recursos aplicáveis

4.5.1 O resultado das solicitações de isenção será divulgado no dia **26 de janeiro de 2022**, após as 20 horas, no endereço eletrônico www.vestibular.cefetmg.br.

4.5.2 O candidato que tiver seu pedido **DEFERIDO** terá sua inscrição homologada automaticamente, não sendo necessário mais nenhum tipo de procedimento relativo à quitação da taxa de inscrição.

4.5.3 O candidato que tiver seu pedido **INDEFERIDO** e desejar validar sua inscrição deverá providenciar o **pagamento do boleto bancário** da taxa de inscrição **até o dia do vencimento**.

4.5.4 Caberá recurso contra o resultado das solicitações de isenção até as 23h59 do dia **27 de janeiro de 2022**.

4.5.4.1 Os recursos relativos ao resultado das solicitações de isenção deverão ser protocolados (registrados) pelo interessado, diretamente e exclusivamente, no sistema eletrônico da COPEVE|CEFET-MG por meio de opção disponível na área do candidato, por meio de opção disponível na ÁREA DO CANDIDATO (em "Acompanhar Inscrição").

4.5.4.2 O recurso deverá ser dirigido à Presidência da COPEVE, a qual dará decisão terminativa sobre ele, constituindo-se em única e última instância. Portanto, da decisão proferida pela Presidência da COPEVE não caberá novo recurso.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS

- 4.5.4.3 Serão rejeitados, liminarmente, os recursos que não estiverem devidamente fundamentados ou, ainda, aqueles que derem entrada fora do prazo estipulado.
- 4.5.5 O resultado da análise dos recursos será divulgado no dia **28 de janeiro de 2022**, após às 20 horas, no endereço eletrônico www.vestibular.cefetmg.br.

5 DA SUBMISSÃO DE DOCUMENTOS

- 5.1 **Todos os candidatos inscritos** deverão submeter a documentação comprobatória exigida especialmente para este Processo Seletivo.
- 5.2 Os documentos necessários para a comprovação da carga horária mínima exigida, bem como os documentos pessoais e o **Memorial Descritivo** deverão ser submetidos no sistema eletrônico de inscrição da COPEVE, impreterivelmente, até às 23h59 do dia **08 de fevereiro de 2022**, por meio do envio direto (*UPLOAD*) de arquivos em formato eletrônico pela página da COPEVE (www.vestibular.cefetmg.br).
- 5.2.1 Para carregamento (*UPLOAD*) na plataforma da COPEVE (www.vestibular.cefetmg.br), os arquivos eletrônicos (digitais ou digitalizados) deverão estar nos formatos PDF (Portable Document Format), JPG (Joint Photographics Experts Group) ou PNG (Portable Network Graphics) e atender ao limite de tamanho indicado pelo referido sistema eletrônico.
- 5.2.2 A recepção de documentos por carregamento (*UPLOAD*) na página da COPEVE será encerrada, automaticamente, às 23h59 do dia **08 de fevereiro de 2022**. O candidato deverá efetuar o *UPLOAD* e *SUBMISSÃO* dos documentos.
- 5.2.3 Após a submissão dos documentos, ficará disponível para download um Formulário Comprovante de Submissão que deverá ser arquivado pelo candidato. Caso o formulário não seja disponibilizado, o candidato deverá verificar se cumpriu todas as etapas de *UPLOAD* de documentos, conferência e submissão da documentação. A documentação ficará disponível para análise **SOMENTE** se houver a submissão dos documentos.
- 5.3 Os documentos necessários para este Processo Seletivo estão descritos abaixo:
- carteira de identidade oficial (Notas 2 e 3);
 - histórico escolar da graduação;
 - grade curricular do curso de graduação;
 - ementas das disciplinas relacionadas com a habilitação pretendida e
 - Memorial Descritivo**, conforme orientações descritas no **Anexo IV**.

Nota 2: São considerados documentos válidos: Cédula de identidade (RG); Carteira de trabalho; Carteira Nacional de Habilitação - CNH (somente o modelo com foto); Carteiras expedidas pelos Comandos Militares (Forças Armadas); Carteiras expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública; Carteiras expedidas pelos Institutos de Identificação Oficiais; Carteiras expedidas pelas Polícias Militares, pelos Corpos de Bombeiros Militares e pela Polícia Federal; Carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Órgãos, Ordens, Conselhos, etc.) criados por Lei Federal (desde que contenham foto, impressão digital e o número da cédula de identidade que lhe deu origem); Carteiras funcionais do Ministério



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS**

Público e as expedidas por órgão público que, por Lei Federal, valem como identificação; Passaporte.

Nota 3: Para candidato estrangeiro, os documentos aceitos são: cédula de identidade expedida pela Polícia Federal ou passaporte com visto temporário de estudante válido.

- 5.4 Implicação na eliminação do presente Processo Seletivo as seguintes hipóteses referentes à entrega de documentos:
- a. Não submissão da documentação citada nos itens 5.2 e 5.3;
 - b. Documentação incompleta.

6 DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES E RECURSOS APLICÁVEIS

- 6.1 A inscrição poderá ser acompanhada pelo candidato, a qualquer momento, utilizando a Área do Candidato no sistema eletrônico de inscrição da COPEVE, em “Acompanhar Inscrição”.
- 6.1.1 O Resultado da Homologação das inscrições será disponibilizado na área de acompanhamento de inscrição do candidato no **dia 11 de fevereiro de 2022**, após as 20h00.
- 6.2 Será homologada a inscrição do candidato que, cumulativamente, tiver:
- a. preenchido devidamente o formulário eletrônico de inscrição;
 - b. efetuado o pagamento do boleto bancário, observando a data de vencimento, ou ser isento e
 - c. submetido toda a documentação listada nos itens 5.2 e 5.3 deste edital.
- 6.3 O candidato cuja inscrição não for homologada deverá verificar o motivo do indeferimento na própria plataforma eletrônica da COPEVE | CEFET-MG.
- 6.4 Caberá recurso contra o resultado da homologação da inscrição até às 23h59 do dia **14 de fevereiro de 2022**.
- 6.4.1 Os recursos relativos ao resultado da etapa de homologação das inscrições deverão ser protocolados (registrados) pelo interessado, DIRETAMENTE e EXCLUSIVAMENTE, no Sistema Eletrônico da COPEVE | CEFET-MG por meio de opção disponível na Área do Candidato (em “Acompanhar Inscrição”).
- 6.4.2 O recurso deverá ser dirigido à Presidência da COPEVE, a qual dará decisão terminativa sobre ele, constituindo-se em única e última instância. Portanto, da decisão proferida pela Presidência da COPEVE não caberá novo recurso.
- 6.4.3 Serão rejeitados, liminarmente, os recursos que não estiverem devidamente fundamentados ou, ainda, aqueles que derem entrada fora do prazo estipulado.
- 6.5 O resultado da análise dos recursos será divulgado no dia **17 de fevereiro de 2022**, após as 20h00.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS**

7 DA SELEÇÃO

- 7.1 A seleção será constituída de duas fases, sendo uma eliminatória e a outra eliminatória e classificatória:
- a. análise do histórico escolar (etapa eliminatória); e
 - b. avaliação do **Memorial Descritivo** (etapa eliminatória e classificatória).
- 7.2 A análise do histórico escolar consistirá na verificação da grade curricular e das ementas das disciplinas do curso, a fim de comprovar a aptidão do candidato à habilitação pretendida, conforme o item 1.4, sendo esta fase de caráter eliminatório, constando-se no resultado a opção APTO ou INAPTO.
- 7.3 O **Memorial Descritivo** deverá ser elaborado a partir das orientações, das bibliografias e do formato disponibilizados no **Anexo IV**.

8 DA PONTUAÇÃO DO MEMORIAL DESCRITIVO E DOS CRITÉRIOS DE CORREÇÃO

- 8.1 O Memorial Descritivo será avaliado em 100 pontos e a classificação para preenchimento das vagas seguirá a ordem decrescente da nota obtida.
- 8.1.1 O Memorial Descritivo será avaliado de acordo com o uso correto da norma culta da Língua Portuguesa e dos termos específicos da área de educação; conhecimento e fundamentação teórica; coesão, coerência e objetividade da argumentação e capacidade de análise e síntese.
- 8.1.2 Os critérios para atribuição de nota ZERO são:
- a. fuga ao tema;
 - b. resposta em versos e
 - c. documento fora do formato proposto no Anexo IV.
- 8.2 Em caso de empate, a classificação dar-se-á da seguinte forma:
- a. classificar-se-á o candidato com idade mais elevada;
 - b. permanecendo o empate, será melhor classificado o candidato com menor número de inscrição.
- 8.3 Casos omissos serão julgados pela banca de professores responsáveis pela análise de currículo e correção do Memorial Descritivo.

9 DA ANÁLISE DO HISTÓRICO ESCOLAR E DO MEMORIAL DESCRITIVO

- 9.1 Serão analisadas e avaliadas no histórico escolar, para verificar o grau de adequação do perfil do candidato à habilitação pretendida: graduação concluída, com carga horária de 400 (quatrocentas) horas mínimas em disciplinas relacionadas à habilitação pretendida (exceto Licenciatura ou Pedagogia) ou grade curricular da graduação em curso, contendo no mínimo 400 horas de disciplinas relacionadas à habilitação pretendida (exceto Licenciatura ou Pedagogia).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS

- 9.2 Somente será avaliado o **Memorial Descritivo** dos candidatos considerados **APTOS** na primeira etapa, ou seja, na etapa de avaliação do histórico escolar e das ementas das disciplinas.

10 DOS CRITÉRIOS DE ELIMINAÇÃO

- 10.1 Será eliminado o candidato que:
- não tiver a inscrição homologada;
 - não tiver o mínimo de 400 (quatrocentas) horas de disciplinas cursadas na área na qual pretende a habilitação;
 - obtiver uma nota inferior a 50,0 (cinquenta) pontos na avaliação do Memorial Descritivo;
 - apresentar declaração ou documentação falsa em qualquer fase do Processo Seletivo.

11 DO RESULTADO PRELIMINAR E RECURSOS APLICÁVEIS

- 11.1 O Resultado Preliminar para o preenchimento das vagas estará disponível na página da COPEVE, no endereço eletrônico www.vestibular.cefetmg.br, no dia **18 de fevereiro de 2022**, a partir das 20h00, seguirá a ordem decrescente das notas obtidas e não confere expectativa de direito à matrícula.
- 11.2 Caberá recurso contra o Resultado Preliminar até às 23h59 do dia **21 de fevereiro de 2022**.
- 11.2.1 Os recursos relativos ao Resultado Preliminar deverão ser protocolados (registrados) pelo interessado, DIRETAMENTE e EXCLUSIVAMENTE, no Sistema Eletrônico da COPEVE|CEFET-MG por meio de opção disponível na Área do Candidato (em “Acompanhar Inscrição”).
- 11.2.2 O recurso deverá ser dirigido à Presidência da COPEVE, a qual dará decisão terminativa sobre ele, constituindo-se em única e última instância. Portanto, da decisão proferida pela Presidência da COPEVE não caberá novo recurso.
- 11.2.3 Serão rejeitados, liminarmente, os recursos que não estiverem devidamente fundamentados ou, ainda, aqueles que derem entrada fora do prazo estipulado.

12 DO RESULTADO FINAL E 1ª CHAMADA

- 12.1 O **Resultado Final** do Processo Seletivo estará disponível no dia **24 de fevereiro de 2022**, a partir das 20h00, por meio da Internet, no endereço eletrônico www.vestibular.cefetmg.br e nele constarão candidatos de Ampla Concorrência (AC) e do Sistema de Reserva de Vagas (SRV)
- 12.1.1 Não caberá recurso de qualquer natureza contra o Resultado Final.
- 12.2 O **candidato da AC classificado em 1ª Chamada** deverá realizar a Pré-Matrícula *on-line* (seção 16) do dia **18 de fevereiro a 15 de março de 2022** e, se deferido na Pré-Matrícula *on-line*, deverá efetuar a Matrícula Presencial, conforme cronograma a ser divulgado pela Secretaria de Registro e Controle Acadêmico do CEFET-MG (seção 17) quando as atividades presenciais do CEFET-MG forem retomadas (suspensas em decorrência da pandemia do coronavírus – COVID-19).



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS**

- 12.3 O **candidato do SRV classificado em 1ª Chamada** deverá, primeiramente, participar da etapa de Comprovação de Exigências do SRV descrita nas seções 13 e 14 deste Edital.
- 12.3.1 Em caso de DEFERIMENTO no SRV, deverá realizar a Pré-Matrícula *on-line* (seção 16) e, se deferido na Pré-matrícula *on-line*, deverá efetuar a Matrícula Presencial, conforme cronograma a ser divulgado pela Secretaria de Registro e Controle Acadêmico do CEFET-MG (seção 17) quando as atividades presenciais do CEFET-MG forem retomadas (suspensas em decorrência da pandemia do coronavírus – COVID-19).
- 12.3.2 Em caso de INDEFERIMENTO no SRV, mesmo após análise de recurso, o candidato será ELIMINADO do Processo Seletivo perdendo, assim, a sua vaga.
- 12.3.3 Os candidatos do SRV deferidos deverão realizar a Pré-Matrícula *on-line* (seção 16) até às 23h59 do dia **15 de março de 2022**.
- 12.4 É responsabilidade dos candidatos a consulta aos meios de divulgação sobre sua classificação e sobre as chamadas sucessivas à primeira, se houver.

13 DA COMPROVAÇÃO ON-LINE DE EXIGÊNCIAS DO SRV DOS CANDIDATOS CLASSIFICADOS EM 1ª CHAMADA – para todas e quaisquer modalidades do SRV

- 13.1 Os candidatos classificados no SRV até o número-limite indicado no **Quadro de Vagas** (Anexo I), deverão se credenciar a participar da etapa de Comprovação de Exigências do SRV. Para tanto, o candidato deverá, **obrigatoriamente**, acessar a página eletrônica do processo seletivo no site da COPEVE (www.vestibular.cefetmg.br) no período de **25 de fevereiro de 2022 até às 23h59 de 08 de março de 2022** e seguir as instruções em tela.
- 13.2 No mesmo período acima mencionado, os candidatos classificados do **SRV** até o número-limite indicado no **Quadro de Vagas** (Anexo I) deverão submeter ao CEFET-MG, por meio do envio direto (*UPLOAD*) de arquivos em formato eletrônico pela página da COPEVE (www.vestibular.cefetmg.br), os documentos comprobatórios dos requisitos da respectiva modalidade a que concorrem, observando a relação informada no **Anexo II** deste Edital.
- 13.2.1 Para carregamento (*UPLOAD*) na plataforma da COPEVE (www.vestibular.cefetmg.br), os arquivos eletrônicos (digitais ou digitalizados) deverão estar nos formatos **PDF** (*Portable Document Format*), **JPG** (*Joint Photographics Experts Group*) ou **PNG** (*Portable Network Graphics*) e atender ao limite de tamanho indicado pelo referido sistema eletrônico.
- 13.2.2 A recepção de documentos por carregamento (*UPLOAD*) na página da COPEVE será encerrada, automaticamente, às 23h59 do dia **08 de março de 2022**. O candidato que não tiver realizado o ENVIO e SUBMISSÃO dos documentos OU que tenha enviado e submetido documentos de forma parcial (incompleta) pela citada plataforma digital, o que será verificado em posterior análise a ser feita pelo CEFET-MG, será **ELIMINADO** do Processo Seletivo, perdendo, assim, a sua vaga.
- 13.2.3 Após a submissão dos documentos, ficará disponível para download o Formulário para a Análise das Exigências do Sistema de Reserva de Vagas (FAE-SRV), que deverá ser arquivado pelo candidato. Caso o formulário não seja disponibilizado, o candidato deverá verificar se cumpriu todas as etapas de preenchimento do formulário, *UPLOAD* de documentos,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS

conferência e submissão da documentação. A documentação ficará disponível para análise SOMENTE se houver a submissão dos documentos.

- 13.2.4 A COPEVE poderá solicitar complementação de documentos, além dos listados no Anexo II, em cada caso que julgar necessário.
- 13.2.5 O CEFET-MG poderá exigir, a qualquer tempo, a apresentação dos documentos originais que geraram os arquivos enviados, via carregamento (*UPLOAD*), pelo candidato.
- 13.3 Os candidatos convocados nos termos dos itens 13.1 e 13.2 que concorram em modalidades do SRV que envolvem a análise de **COR-ETNIA e/ou Pcd** deverão, adicional e obrigatoriamente, participar da etapa de entrevista telepresencial ou presencial descrita na seção 14 a seguir.
- 13.4 Além da análise documental e com o objetivo de certificar a regularidade das situações que habilitam os candidatos à concorrência pelo SRV, a COPEVE poderá promover:
- a. **Para todas as modalidades:** diligências, perícias e verificação de autenticidade junto a outros órgãos governamentais de documentos relativos à comprovação da condição de candidato com origem escolar e certificação nas condições elencadas no item 2.4, nos casos que a COPEVE julgar necessários;
 - b. **Para as modalidades que envolvem avaliação de renda:** diligências, visitas em domicílio, entrevistas agendadas com o candidato e/ou seu grupo familiar, perícias e verificação de autenticidade de documentos junto a outros órgãos governamentais, nos casos que a COPEVE julgar necessários;
 - c. **Para as modalidades que envolvem declaração de cor-etnia:** entrevista telepresencial ou presencial e validação do termo de autodeclaração na presença de comissão específica, para todos os aprovados nessas modalidades, como especificado na seção 14;
 - d. **Para as modalidades que envolvem a condição de pessoa com deficiência:** entrevista telepresencial ou presencial, perícias e avaliação técnica feita por comissão especializada, para todos os aprovados nessas modalidades, como especificado na seção 14.
- 13.4.1 Para as eventuais diligências e visitas em domicílio previstas nas alíneas “a” e “b” acima, o CEFET-MG tomará providências para, no momento que julgar necessário, promover deslocamentos de seus avaliadores aos locais que se fizerem de interesse da Instituição, incluindo a residência do candidato, seguindo todas as orientações de prevenção ao coronavírus (Covid-19) divulgadas pelos órgãos de saúde competentes.

14 DA COMPROVAÇÃO POR ENTREVISTA TELEPRESENCIAL/PRESENCIAL DE EXIGÊNCIAS DO SRV DOS CANDIDATOS CLASSIFICADOS EM 1ª CHAMADA – para as modalidades que envolvem cor-etnia e/ou pessoa com deficiência (PCD)

- 14.1 Os candidatos classificados no SRV até o número-limite indicado no **Quadro de Vagas** (Anexo I, Quadro 2), apenas nas **modalidades que envolvam COR-ETNIA** deverão seguir as instruções dos itens desta seção para realização da entrevista telepresencial para verificação da condição



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS**

de autodeclaração, no dia **09 de março de 2022**, impreterivelmente, de acordo com o cronograma a ser divulgado na página eletrônica do processo seletivo no site da COPEVE (www.vestibular.cefetmg.br).

- 14.2 Os candidatos classificados no **SRV**, até o número-limite indicado no Quadro de Vagas (Anexo I, Quadro 2), apenas nas **modalidades que envolvam PcD** deverão seguir as instruções dos itens dessa seção para realização da entrevista telepresencial para verificação da condição de deficiência, no dia **09 de março de 2022**, de acordo com o cronograma a ser divulgado na página eletrônica do processo seletivo no site da COPEVE (www.vestibular.cefetmg.br).
- 14.3 Será utilizado o serviço de ConferênciaWeb para a entrevista telepresencial para as **modalidades que envolvam COR-ETNIA e PcD**
- 14.4 A COPEVE|CEFET-MG divulgará os cronogramas específicos acima referidos, bem como eventuais orientações adicionais que julgar apropriadas a essa etapa do Processo Seletivo.
- 14.5 Os candidatos nas condições citadas nos itens 14.1 e 14.2 **deverão**:
- a. Ter à sua disposição um computador (*desktop, notebook, netbook, etc.*) ou um dispositivo móvel (*smartphone, tablet, etc.*) com acesso a uma conexão de internet.
 - Para computadores: O serviço de ConferênciaWeb pode ser acessado com computadores que tenham sistema operacional *Linux* ou *Windows* e contenham as versões dos navegadores a partir do ano de 2017.
 - Para dispositivos móveis: O serviço de ConferênciaWeb pode ser acessado de aparelhos *Iphones* a partir do *iOS* 12.2 ou superiores e de aparelhos *Android* a partir da versão 7.0 ou superiores.
 - A largura de banda mínima recomendada é de 2 Mbps.
 - b. Ter instalado um navegador de internet adequado ao seu computador ou dispositivo móvel - recomendamos o uso do *Google Chrome* em todas as plataformas.
 - c. Ter uma câmera integrada ou uma câmera externa disponível.
 - d. Ter microfone e caixas de som integrados ou um *headset* (fone de ouvido com microfone) disponível.
- 14.6 O candidato convocado deverá apresentar-se com a posse de documento de identidade oficial com foto indicados no item 3.3.1-c, de forma virtual, à entrevista em dia e horário determinados na convocação indicada no cronograma a ser divulgado na página eletrônica do processo seletivo no site da COPEVE (www.vestibular.cefetmg.br), devendo também seguir as instruções transmitidas pela Banca de Validação/Verificação no momento da Entrevista.
- 14.7 O candidato que não comparecer virtualmente à Entrevista Telepresencial em dia, horário e na forma determinados pela Convocação no cronograma, ainda que comparecendo e não portar documento de identidade oficial com foto indicados no item 3.3.1-c, **será eliminado do processo seletivo**.
- 14.8 No dia e horários designados para a videoconferência, nos moldes da convocação indicada nesta seção, em havendo descontinuidade de conexão ao início da entrevista, ou no seu



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS**

decorrer, devido à falha oriunda do equipamento ou da conexão, serão realizadas 02 (duas) tentativas de restabelecimento de conexão.

- 14.9 Após as 02 (duas) tentativas e não se restabelecendo a conexão, a entrevista telepresencial será cancelada.
- 14.10 Em havendo o cancelamento da entrevista telepresencial/videoconferência devido à falha oriunda do equipamento ou da conexão, devidamente comprovada, a Banca de Validação poderá convocar o candidato para um outro horário.
- 14.11 Para os candidatos que não possuem os dispositivos eletrônicos necessários para a entrevista telepresencial/videoconferência serão convocados para entrevista presencial, seguindo todas as orientações de prevenção ao coronavírus (Covid-19) divulgadas pelos órgãos de saúde competentes.
- 14.11.1 Caso o candidato não possua os dispositivos eletrônicos necessários para a entrevista telepresencial/videoconferência, deverá informar tal fato à COPEVE, por e-mail (copeve@cefetmg.br), **até às 23h59 do dia 08 de março de 2022**, pelo que será convocado para participar da **entrevista presencial que ocorrerá no dia 10 de março de 2022**, impreterivelmente. O local e horário da entrevista presencial serão informados pela COPEVE em resposta ao e-mail enviado pelo candidato e/ou por telefone. Será **eliminado** do processo seletivo o candidato que não proceder da forma aqui descrita.
- 14.12 **Somente poderá e deverá participar da comprovação pela entrevista telepresencial ou presencial descrita nesta seção o candidato que tiver concluído a etapa de comprovação *on-line* (seção 13).**

Regras Específicas para Candidatos das Modalidades COR-ETNIA (ENTREVISTA TELEPRESENCIAL)

- 14.13 As Comissões de Verificação de COR-ETNIA serão formadas por 3 (três) membros, servidores do quadro permanente do CEFET-MG ou brasileiros natos de reputação ilibada, residentes no país e, preferencialmente, experientes na temática da promoção da igualdade racial e do enfrentamento ao racismo.
- 14.14 Um dos membros da comissão será o seu presidente.
- 14.15 No mínimo, 1 (um) dos integrantes da comissão deverá pertencer ao quadro de servidores ativos e permanentes do CEFET-MG.
- 14.16 As Comissões de Verificação de COR-ETNIA farão, nessa oportunidade, o procedimento de **heteroidentificação** do candidato, o qual se constitui na identificação por terceiros da condição autodeclarada.
- 14.17 Para validar as informações sobre cor-etnia prestadas pelo candidato que se autodeclara **negro** (preto ou pardo), a Comissão de Verificação utilizar-se-á única e exclusivamente do **fenótipo** como base para análise e emissão de seu parecer.
- 14.18 O que orienta a aferição de cor-etnia negra (preto ou pardo) **NÃO** é a ascendência do candidato, ou seja, quem são os seus pais, avós ou bisavós, mas as características físicas (fenótipo) do próprio candidato. Além disso, **NÃO** serão considerados quaisquer registros (civis ou militares) ou documentos pretéritos (anteriores), eventualmente apresentados pelo



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS**

candidato, referentes a procedimentos de heteroidentificação realizados por quaisquer outras instituições (públicas ou privadas), inclusive imagens, declarações ou certidões de qualquer natureza.

- 14.19 O fenótipo é definido como o conjunto de características do indivíduo, predominantemente a cor da pele, a textura do cabelo e os formatos do rosto, lábios e nariz, que combinados ou não, permitirão ratificar ou invalidar a autodeclaração. Serão consideradas as características fenotípicas do candidato ao tempo da realização do procedimento de heteroidentificação.
- 14.20 Para validar as informações sobre cor-etnia prestadas pelo candidato que se declara indígena, a Comissão de Verificação utilizar-se-á do fenótipo, do Registro Administrativo de Nascimento de Índio (RANI) e de uma declaração da liderança da aldeia indígena informando que o candidato, de fato, faz parte da comunidade, bem como que a referida comunidade está localizada no Território Nacional Brasileiro – conforme exigido nos procedimentos da seção 13 acima e no Anexo II – como base para análise e emissão de seu parecer.
- 14.21 A Comissão de Verificação de COR-ETNIA deliberará pela maioria dos seus membros, sob forma de parecer motivado.
- 14.22 As decisões da Comissão de Verificação de COR-ETNIA serão registradas em formulário eletrônico próprio e o conhecimento do parecer somente será dado ao candidato na data informada no item 15.1.
- 14.23 O teor do parecer motivado será de acesso restrito ao candidato, nos termos do Art. 31 da Lei 12.527/2011.
- 14.24 As deliberações da Comissão de Verificação de COR-ETNIA terão validade apenas para o Processo Seletivo para o qual foi designada, não servindo para outras finalidades.
- 14.25 É vedado à Comissão de Verificação de COR-ETNIA deliberar na telepresença ou presença dos candidatos.
- 14.26 A heteroidentificação tem como referência única o próprio candidato, de modo que **SOMENTE** ele poderá apresentar-se na videoconferência de trabalho da Comissão de Verificação, **NÃO sendo permitida a presença de familiares ou quaisquer outros acompanhantes.**
- 14.27 A Comissão de Heteroidentificação orienta os candidatos quanto aos seguintes aspectos para o comparecimento à entrevista telepresencial:
- a. Não será permitido o uso de acessórios na cabeça, tais como: boné, chapéu, lenço, elástico, presilhas entre outros (independentemente do comprimento dos cabelos, esses deverão estar totalmente livres/soltos);
 - b. Não será permitido o uso de óculos escuros;
 - c. Não será permitido o uso de maquiagem;
 - d. Não será permitido o uso de filtros de edição das imagens;
 - e. Não será permitido o uso de quaisquer acessórios ou vestimentas estampadas que impossibilitem ou dificultem a verificação fenotípica, prejudicando a identificação do candidato;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS**

- f. Não será permitido o uso de luz artificial de modo a interferir no resultado final das imagens;
- g. O candidato deverá se posicionar em local com boa iluminação, e preferencialmente com fundo de cor única e neutra, visando a aumentar a qualidade das imagens. Ex.: fundo de cor branca, parede branca etc;
- h. O candidato deverá estar com vestimenta adequada, como se presencialmente estivesse, sob pena de eliminação do processo seletivo.

Regras Específicas para Candidatos das Modalidades COR-ETNIA (PRESENCIAL)

- 14.28 Os candidatos que se enquadrarem no item 14.9 serão convocados para o procedimento de **heteroidentificação presencial**, o qual se constitui na identificação por terceiros da condição autodeclarada.
- 14.29 A heteroidentificação tem como referência única o próprio candidato, de modo que **SOMENTE** ele poderá adentrar o recinto de trabalho da Comissão de Verificação, **NÃO sendo permitida a entrada de familiares ou quaisquer outros acompanhantes**.
- 14.30 Os candidatos convocados para o procedimento de **heteroidentificação presencial** deverão portar documento de identidade oficial com foto indicados no item 3.3.1-c.
- 14.31 **Somente poderá e deverá participar da comprovação pela entrevista presencial descrita nesta seção o candidato que tiver concluído a etapa de comprovação on-line (seção 13).**

Regras Específicas para Candidatos das Modalidades PcD (ENTREVISTA TELEPRESENCIAL)

- 14.32 As Comissões de Verificação para PcD serão formadas por 3 (três) membros, servidores do quadro permanente do CEFET-MG ou do Serviço Público Federal, e terão caráter multidisciplinar de modo a prover o conhecimento técnico-científico necessário para avaliação da condição de deficiência informada pelo candidato e de suas necessidades educacionais especiais.
- 14.33 Um dos membros da comissão será o seu presidente.
- 14.34 No mínimo, 1 (um) dos integrantes da comissão deverá pertencer ao quadro de servidores ativos e permanentes do CEFET-MG.
- 14.35 **As Comissões de Verificação de PcD** farão, nessa oportunidade, o procedimento de **avaliação da deficiência do candidato**, o qual se constitui na validação da condição afirmada e documentada pelo interessado.
- 14.36 Para validar as informações prestadas pelo candidato sobre sua deficiência e apurar as eventuais necessidades educacionais especiais a ela associadas, a **Comissão de Verificação para PcD** utilizar-se-á dos laudos médicos externos fornecidos pelo candidato – conforme exigido nos procedimentos da seção 13 acima, exames (clínicos, ocupacionais e especializados), anamnese e avaliação pedagógico-funcional como base para análise e emissão de seu parecer, de modo integrado às determinações expressas neste Edital (especialmente as contidas no Anexo II).
- 14.37 O trabalho da comissão, a qual será constituída por equipe multiprofissional e interdisciplinar, pautar-se-á por uma abordagem biopsicossocial e considerará (Art. 2º da Lei 13.146/2015):



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS**

- I. os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo
 - II. os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais
 - III. a limitação no desempenho de atividades
 - IV. a restrição de participação
- 14.38 A Comissão de Verificação para PcD deliberará pela maioria dos seus membros, sob forma de parecer motivado.
- 14.39 As decisões da Comissão de Verificação para PcD serão registradas em formulário eletrônico próprio e o conhecimento do parecer somente será dado ao candidato na data informada no item 15.1.
- 14.40 O teor do parecer motivado será de acesso restrito ao candidato, nos termos do Art. 31 da Lei 12.527/2011.
- 14.41 As deliberações da Comissão de Verificação para PcD terão validade apenas para o Processo Seletivo para o qual foi designada, não servindo para outras finalidades.
- 14.42 É vedado à Comissão de Verificação para PcD deliberar na telepresença ou presença dos candidatos.
- 14.43 A Comissão de Verificação para PcD orienta os candidatos quanto aos seguintes aspectos para o comparecimento à entrevista telepresencial:
- a. O candidato deverá se posicionar em local com boa iluminação, e preferencialmente com fundo de cor única e neutra, visando a aumentar a qualidade das imagens. Ex.: fundo de cor branca, parede branca etc;
 - b. O candidato deverá estar com vestimenta adequada, como se presencialmente estivesse, sob pena de eliminação do processo seletivo.

Regras Específicas para Candidatos das Modalidades PcD (PRESENCIAL)

- 14.44 Os candidatos que se enquadrarem no item 14.9 serão convocados para o procedimento de **avaliação da deficiência presencial**.
- 14.45 Os candidatos convocados para o procedimento de **avaliação da deficiência presencial** deverão portar documento de identidade oficial com foto indicados item 3.3.1-c.
- 14.46 **Somente poderá e deverá participar da comprovação pela entrevista presencial descrita nesta seção o candidato que tiver concluído a etapa de comprovação on-line (seção 13).**

15 DO RESULTADO DAS ANÁLISES DE EXIGÊNCIAS DO SRV DOS CANDIDATOS CLASSIFICADOS NA 1ª CHAMADA E RECURSOS APLICÁVEIS

- 15.1 A COPEVE divulgará o resultado das etapas de comprovação de exigências do SRV no dia **11 de março de 2022** a partir das 20h00 na página do processo seletivo no site da COPEVE



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS**

(www.vestibular.cefetmg.br). O candidato considerado APTO, ou seja, que obtiver o deferimento na modalidade do SRV para a qual se candidatou, terá sua inscrição apta para o procedimento de Pré-Matrícula *on-line*. Aquele candidato que tiver sido indeferido (INAPTO), mesmo após a análise de recurso, será eliminado do processo seletivo, perdendo, assim, a sua vaga.

- 15.2 Também serão divulgados na Área do Candidato (em “Acompanhar Inscrição”), simultaneamente, os pareceres das equipes e comissões de verificação atuantes nas etapas de comprovação de exigências do SRV (seções 13 e 14, respectivamente).
- 15.3 O candidato que se inscreveu para concorrer pelo Sistema de Reserva de Vagas, tendo sido convocado para participar das etapas descritas nas seções 13 e 14 de acordo com a modalidade que tenha escolhido **será ELIMINADO** do Processo Seletivo nas seguintes hipóteses:
- a. **Deixar de enviar ou enviar parcialmente** os documentos comprobatórios exigidos na seção 13 e no ANEXO II, deste Edital, conforme a sua opção feita no ato da inscrição;
 - b. **Deixar de comparecer** à etapa de comprovação por videoconferência (telepresencial)/ presencial de exigências do SRV, como determinado na seção 14 acima;
 - c. Após as etapas de comprovação de exigências (seções 13 e/ou 14, conforme for o caso do candidato), **não tiver sido considerado apto (indeferido)** a concorrer pelo Sistema de Reserva de Vagas.
- 15.4 Caberá recurso contra o resultado das etapas de comprovação de exigências do SRV para Oferta 2022.1 até às 23h59 do dia **14 de março de 2022**.
- 15.4.1 Os recursos relativos ao resultado das etapas de comprovação de exigências do SRV deverão ser protocolados (registrados) pelo interessado, DIRETAMENTE e EXCLUSIVAMENTE, no Sistema Eletrônico da COPEVE|CEFET-MG por meio de opção disponível na ÁREA DO CANDIDATO (em “Acompanhar Inscrição”).
- 15.4.2 O recurso deverá ser dirigido à Presidência da COPEVE, a qual dará decisão terminativa sobre ele, constituindo-se em única e última instância. Portanto, da decisão proferida pela Presidência da COPEVE não caberá novo recurso.
- 15.4.3 Serão rejeitados, liminarmente, os recursos que não estiverem devidamente fundamentados ou, ainda, aqueles que derem entrada fora do prazo estipulado.
- 15.4.4 O candidato que tiver apresentado recurso relativo ao critério Escola Pública e/ou Renda será reavaliado no dia **16 de março de 2022**, de forma *on-line*. O candidato que tiver apresentado recurso relativo ao critério Cor-Etnia será reavaliado EXCLUSIVAMENTE na forma presencial e deverá comparecer ao CEFET-MG no dia **16 de março de 2022** e apresentar-se à Comissão Recursal pertinente, conforme horário e local a serem comunicados pela COPEVE no momento oportuno, devendo o candidato se atentar à página eletrônica do Processo Seletivo no site da COPEVE (www.vestibular.cefetmg.br) e ao e-mail e telefone(s) cadastrado(s) no momento da inscrição.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS**

- 15.4.5 **A hipótese de reavaliação descrita no item 15.4.4 caberá somente ao candidato que tiver cumprido o disposto nas seções 13 e 14, de acordo com a modalidade do SRV escolhida, ou seja, terá direito a reavaliação somente aqueles que foram avaliados.**
- 15.4.6 Para subsidiar a sua tomada de decisão, a Presidência da COPEVE poderá constituir comissões recursais para reavaliação dos candidatos recorrentes das modalidades que envolvam COR-ETNIA e/ou PcD.
- 15.4.7 As comissões recursais terão a renovação de, pelo menos, 2 (dois) membros em relação à comissão que realizou a primeira avaliação.
- 15.4.8 A análise do recurso interposto pelo candidato considerará:
- a. O parecer emitido pela comissão original;
 - b. A fundamentação e a pertinência do pedido manifesto pelo candidato;
 - c. O parecer da comissão recursal, se constituída para tal reanálise.
- 15.4.9 O resultado das análises dos recursos será divulgado no dia **16 de março de 2022**, após as 20h00.

16 DA PRÉ-MATRÍCULA (ON-LINE) E RECURSOS APLICÁVEIS

- 16.1 A pré-matrícula corresponde ao cadastro inicial (*on-line*) do candidato aprovado junto ao CEFET-MG.
- 16.2 Por tratar-se de um procedimento preliminar, a pré-matrícula não garante o direito à vaga, a qual somente será efetivamente ocupada após a realização do registro acadêmico presencial e cumpridas todas as demais exigências do Edital, quando então o candidato passará à condição efetiva de aluno.
- 16.3 Os candidatos aprovados deverão preencher, obrigatoriamente, o formulário de pré-matrícula (*on-line*), que será disponibilizado na página da COPEVE - www.vestibular.cefetmg.br a partir de **25 de fevereiro de 2022** e submeter a documentação (**Anexo III**). Para os candidatos do SRV, somente poderão e deverão preencher o formulário de pré-matrícula (*on-line*) os candidatos deferidos (aptos).
- 16.4 Para carregamento (*UPLOAD*) na plataforma da COPEVE (www.vestibular.cefetmg.br), os arquivos eletrônicos (digitais ou digitalizados) deverão estar nos formatos PDF (Portable Document Format), JPG (Joint Photographics Experts Group) ou PNG (Portable Network Graphics) e atender ao limite de tamanho indicado pelo referido sistema eletrônico.
- 16.5 A recepção de documentos por carregamento (*UPLOAD*) na página da COPEVE será encerrada, automaticamente, às 23h59 do dia **15 de março de 2022**. O candidato que não tiver realizado o envio e submissão dos documentos OU que tenha enviado e submetido documentos de forma parcial (incompleta) pela citada plataforma digital, o que será verificado em posterior análise pela equipe do Registro Acadêmico, será **ELIMINADO** do Processo Seletivo, perdendo, assim, a sua vaga.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS**

- 16.6 Após a submissão dos documentos, ficará disponível para download o Formulário Comprovante de Submissão dos Documentos de Pré-matrícula, que deverá ser arquivado pelo candidato. Caso o formulário não seja disponibilizado, o candidato deverá verificar se cumpriu todas as etapas de preenchimento do formulário, *UPLOAD* de documentos, conferência e submissão da documentação. A documentação ficará disponível para análise **SOMENTE** se houver a submissão dos documentos.
- 16.7 A COPEVE divulgará o resultado da pré-matrícula (*on-line*) em 1ª Chamada no dia **16 de março de 2022** a partir das 20h00 na página da COPEVE (www.vestibular.cefetmg.br).
- 16.8 Caberá recurso contra o resultado da pré-matrícula (*on-line*) em 1ª Chamada até às 23h59 do dia **17 de março de 2022**.
- 16.9 Os recursos relativos ao resultado da pré-matrícula (*on-line*) deverão ser protocolados (registrados) pelo interessado, **DIRETAMENTE** e **EXCLUSIVAMENTE**, no Sistema Eletrônico da COPEVE | CEFET-MG por meio de opção disponível na **ÁREA DO CANDIDATO** (em “Acompanhar Inscrição”).
- 16.10 O resultado das análises dos recursos será divulgado no dia **18 de março de 2022**, a partir das 20h00.

17 DO REGISTRO ACADÊMICO E MATRÍCULA

- 17.1 Após o resultado das análises dos recursos da Pré-Matrícula (*on-line*), todos os candidatos (AC ou SRV) convocados no limite das vagas da OFERTA 2022.1 deverão efetivar o registro acadêmico e a matrícula presencial de acordo com a programação a ser divulgada pela Secretaria de Registro e Controle Acadêmico do CEFET-MG quando as atividades presenciais do CEFET-MG forem retomadas (suspensas em decorrência da pandemia do coronavírus – COVID-19).
- 17.2 **O primeiro semestre letivo de 2022** poderá ser iniciado, no formato de Ensino Remoto, com o candidato ainda na condição (precária e provisória) de PRÉ-MATRICULADO, desde que tenha obtido o DEFERIMENTO na respectiva etapa do Processo Seletivo, ficando a efetivação da Matrícula Presencial deslocada para um momento futuro adequado, em virtude do cenário da Pandemia COVID-19.
- 17.3 A homologação da ocupação definitiva da vaga pelo candidato fica **CONDICIONADA** à conclusão e deferimento do Registro Acadêmico e Matrícula Presencial.
- 17.4 A matrícula presencial ocorrerá na Coordenação de Registro Acadêmico na Unidade do curso - Campus II, Av. Amazonas, 7.675 - Nova Gameleira – Belo Horizonte/MG
- 17.5 O CEFET-MG exigirá, na etapa de Matrícula Presencial ou a qualquer tempo, a apresentação dos documentos originais que geraram os arquivos enviados, via carregamento (*UPLOAD*), pelo candidato.
- 17.6 É vedado o trancamento de matrícula no primeiro semestre dos cursos do CEFET-MG.
- 17.7 A matrícula presencial poderá ser feita por procurador constituído em instrumento particular de procuração com firma reconhecida em cartório. O CEFET-MG não se responsabiliza por



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS

erro cometido pelo procurador ou representante do matriculando. O procurador deverá apresentar documento original de identidade e sua cópia.

- 17.8 O procurador e o outorgante devem ter maioria perante a lei. No caso de candidato menor de 18 anos, o representante legal (pai, mãe ou outro representante) deverá ser o outorgante da procuração. É necessária uma procuração individual para cada candidato, pois essa ficará anexada ao dossiê acadêmico do estudante. No caso de candidato maior de 18 anos é necessária procuração ainda que seja para seus pais.
- 17.9 **Perderá o direito à vaga o candidato que não se apresentar no dia fixado a documentação original e cópia exigida no Anexo III deste edital.**
- 17.10 Conforme estabelecido na Lei 12.089 de 11/11/2009, não será permitida a matrícula do candidato classificado que já esteja matriculado em outro curso de graduação no CEFET-MG ou em outra instituição pública de ensino superior em qualquer parte do território nacional, devendo assumir por termo específico o compromisso de cancelar a sua matrícula na outra instituição em até 05 (cinco) dias úteis contados a partir da data da efetivação da matrícula no CEFET-MG.
- 17.11 Os documentos exigidos para a matrícula estão listados no Anexo III deste edital.
- 17.12 A homologação do Registro Acadêmico e da matrícula dos candidatos aprovados para as vagas destinadas à Reserva de Vagas (Lei nº 12.711/2012) fica CONDICIONADA à obtenção do deferimento na etapa de comprovação de exigências do SRV e na análise da documentação que foi entregue no momento do Registro Acadêmico, bem como a documentação da Pré-Matrícula. Somente após a homologação, o Registro Acadêmico será confirmado. O resultado com a homologação ou não dessas matrículas ficará disponível na página da COPEVE (www.vestibular.cefetmg.br).
- 17.13 Perderá o direito à vaga o candidato que:
- a) não realizar a pré-matrícula *on-line*, bem como pedido de recurso, dentro do período estipulado, conforme orientações a serem divulgadas na página eletrônica da COPEVE (www.vestibular.cefetmg.br);
 - b) participando das vagas destinadas à reserva de vagas (Lei 12.711/2012), deixar de enviar os documentos comprobatórios exigidos no Anexo II deste Edital, conforme a opção feita no ato da inscrição, mesmo que seja um candidato menor de idade;
 - c) participando das vagas destinadas à reserva de vagas (Lei 12.711/2012), após a análise da documentação comprobatória exigida no Anexo II deste Edital e demais procedimentos de validação previstos para o SRV, conforme a opção feita no ato da inscrição, não tiver sua condição validada;
 - d) não comprovar a escolaridade mínima exigida;
 - e) não se apresentar nos dias fixados para efetuar o Registro Acadêmico presencial.
- 17.14 Não será realizada matrícula com documentação incompleta.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS**

18 DA SEGUNDA CHAMADA E CHAMADAS SUBSEQUENTES

- 18.1 A segunda chamada e as chamadas subsequentes servirão para preencher vagas que não forem ocupadas pelos primeiros selecionados e seguirão as mesmas regras das seções 13 a 17 deste edital, sendo que a data referente à 2ª Chamada já consta no Anexo VI e as demais, se necessário, serão divulgadas em momento oportuno na página do processo seletivo no site da COPEVE (www.vestibular.cefetmg.br).
- 18.2 Estarão habilitados em participar da segunda chamada e das chamadas subsequentes os candidatos da Lista de Espera (excedentes).

19 DAS NORMAS APLICÁVEIS

- 19.1 A inexatidão das declarações ou informações prestadas pelo candidato ou seu responsável ou a falsidade documental, ainda que verificada posteriormente à realização do Processo Seletivo, implicarão na sua eliminação, sendo declarados nulos os respectivos atos, sem prejuízo das sanções penais e cíveis cabíveis.
- 19.2 A COPEVE tem amplos poderes para orientação, realização, apuração, divulgação e fiscalização dos trabalhos.
- 19.3 A inscrição dos candidatos no Processo Seletivo implica aceitação das normas estabelecidas por este Edital, pelo Regimento do CEFET-MG e pela legislação específica, que regem o referido concurso, matrícula e funcionamento dos cursos.
- 19.4 Qualquer irregularidade (fraude, quebra de sigilo e outros) cometida por candidatos, professores, técnicos administrativos ou estudantes do CEFET-MG, constatada antes da realização do Processo Seletivo, durante ou após, será objeto de inquérito administrativo e ou policial, nos termos da legislação pertinente, e o infrator estará sujeito às penalidades previstas na respectiva legislação.
- 19.5 Todas as informações necessárias ao candidato estarão disponíveis na página da COPEVE no endereço eletrônico www.vestibular.cefetmg.br. Somente quando julgado pertinente pelo CEFET-MG, as comunicações individuais da Coordenação de Processos Seletivos serão realizadas por meio de ligações telefônicas (ou envio de mensagens eletrônicas) para o número especificado pelo candidato no REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO. É dever de o candidato acompanhar a página do processo seletivo no endereço eletrônico da COPEVE e manter atualizados os dados cadastrais.
- 19.6 Após o período de inscrições, qualquer atualização/retificação dos dados cadastrais (tais como endereço residencial, endereço de e-mail, telefone, etc.) deverá ser solicitada/relatada por e-mail (copeve@cefetmg.br), em cuja mensagem o candidato deverá informar o nome completo, processo seletivo para o qual está concorrendo, número de inscrição e anexar imagem do documento oficial de identidade (frente e verso).
- 19.7 Terá seu registro acadêmico cancelado o aluno matriculado no 1º período do curso que não comparecer aos 12 (doze) primeiros dias letivos e que não apresentar justificativa de ausência à Secretaria de Registro e Controle Acadêmico, neste caso, sua vaga será destinada ao



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS**

primeiro candidato classificado entre os excedentes aprovados no Processo Seletivo (Artigo 17º, parágrafos 1º e 2º da Resolução CEPE 015/18 de 25/06/2018 – Normas Acadêmicas do Programa Especial de Formação de Docentes do CEFET-MG).

- 19.7.1 A ausência relacionada no Item 19.7 somente será justificada por motivo de doença devidamente confirmada e/ou comprovada pelo Serviço Médico do CEFET-MG ou pelos casos previstos em lei.

20 DA BIBLIOGRAFIA

- 20.1 A bibliografia sugerida para a elaboração do memorial descritivo está disposta no **Anexo IV**.

21 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 21.1 Os casos omissos ou especiais serão resolvidos pela COPEVE/CEFET-MG.
- 21.2 Incorporar-se-ão a este Edital, para todos os efeitos, quaisquer aditivos ou complementos a ele, publicados pelo CEFET-MG após a data do Edital, e também as disposições e instruções contidas no Requerimento de Inscrição.
- 21.3 O CEFET-MG reserva a si o direito de cancelar o Processo Seletivo caso o número de inscritos seja menor que o número de vagas (Relação Candidato/Vaga insuficiente). Em tal hipótese, o candidato terá direito a receber o valor pago pela inscrição.

22 DO PRAZO DE VALIDADE

- 22.1 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, tendo sua validade encerrada depois de decorridos 25% (vinte e cinco por cento) dos dias letivos previstos para o 1º SEMESTRE letivo do ano de 2022. Para conhecimento de todos, determino que seja o presente Edital publicado no Diário Oficial da União.

Belo Horizonte, 22 de dezembro de 2021.

Prof. Maria Celeste Monteiro de Souza Costa
Presidente da COPEVE

Prof. Danielle Marra de Freitas Silva Azevedo
Diretora de Graduação

Prof. Flávio Antônio dos Santos
Diretor Geral



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS

EDITAL Nº 148/21 DO CEFET-MG
PROCESSO SELETIVO E MATRÍCULA DOS CANDIDATOS APROVADOS NO
PROGRAMA ESPECIAL DE FORMAÇÃO DE DOCENTES
ANO 2022 – 1º SEMESTRE

ANEXO I
QUADRO DE VAGAS

1. Nos quadros a seguir, as modalidades indicadas para o Sistema de Reserva de Vagas (SRV) estão descritas na seção 2 do presente Edital.

Legenda:

Modalidade	Escola Pública	Renda	Cor/Etnia	Deficiência
L10	Sim	Sim	Sim	Sim
L02	Sim	Sim	Sim	
L09	Sim	Sim		Sim
L01	Sim	Sim		
L14	Sim		Sim	Sim
L06	Sim		Sim	
L13	Sim			Sim
L05	Sim			

Quadro 2 – Distribuição de vagas (Ampla Concorrência e Sistema de Reserva de Vagas)

UNIDADE	CURSO	Nº DE VAGAS	DISTRIBUIÇÃO		ESCOLA PÚBLICA							
			AC	SRV	Renda Familiar ≤ 1,5 percapita (R1)				Renda Familiar > 1,5 percapita (R2)			
					PPI		NPPI		PPI		NPPI	
			50%	50%	PcD (L10)	NPcD (L2)	PcD (L9)	NPcD (L1)	PcD (L14)	NPcD (L6)	PcD (L13)	NPcD (L5)
Belo Horizonte	PROGRAMA ESPECIAL DE FORMAÇÃO DE DOCENTES	44	22	22	1	5	0	5	1	5	0	5
TOTAL DE VAGAS		44	22	22	1	5	0	5	1	5	0	5

Legenda: PPI = Pretos, pardos e indígenas; NPPI = demais; PcD = Pessoas com deficiência; NPcD = demais (são as nomenclaturas utilizadas para definir os grupos de vagas; AC = Ampla Concorrência; SRV = Sistema de Reserva de Vagas.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS

EDITAL Nº 148/21 DO CEFET-MG
PROCESSO SELETIVO E MATRÍCULA DOS CANDIDATOS APROVADOS NO
PROGRAMA ESPECIAL DE FORMAÇÃO DE DOCENTES
ANO 2022 – 1º SEMESTRE

ANEXO II
DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A COMPROVAÇÃO DE EXIGÊNCIAS PELOS CANDIDATOS
CONCORRENTES PELO SISTEMA DE RESERVA DE VAGAS (SRV) – Lei 12.711/2012

1. Neste anexo estão descritos os documentos a serem apresentados pelos candidatos que foram aprovados nas vagas reservadas pela Lei 12.711/12, sendo que os listados no **grupo A e B** referem-se a comprovantes de identificação e de escolaridade, devendo ser apresentados por **todos** os candidatos do Sistema de Reserva de Vagas (SRV).
2. Os documentos listados nos **grupos C, D e E** tratam-se de comprovantes, declarações e/ou laudos a serem apresentados somente pelos candidatos aprovados nas modalidades da reserva de vagas indicadas nesses grupos.
3. A análise da renda *per capita* do grupo familiar exige a verificação dos rendimentos dos 3 (três) meses anteriores ao mês de abertura do período de inscrições deste Processo Seletivo. Portanto, **os comprovantes indicados no grupo C referem-se aos meses outubro, novembro e dezembro de 2021. Atenção:** o candidato deverá apresentar os documentos listados para cada um desses meses, mesmo quando isso não estiver indicado junto ao documento no grupo C.
4. Quando se tratar de documentos em papel, estes deverão ser digitalizados **somente a partir** dos respectivos **ORIGINAIS. NÃO** devem ser digitalizadas cópias de documentos bem como a imagem do documento deve ser da página inteira.
5. Caso a imagem das páginas seja fracionada ou parcial o documento será sumariamente desconsiderado.

A. Documentos comuns a TODAS as modalidades do SRV:

- 1) Documento Oficial de Identidade do candidato;
 - 1.1 São considerados documentos válidos: Cédula de identidade (RG); Carteira de trabalho; Carteira Nacional de Habilitação - CNH (somente o modelo com foto); Carteiras expedidas pelos Comandos Militares (Forças Armadas); Carteiras expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública; Carteiras expedidas pelos Institutos de Identificação Oficiais; Carteiras expedidas pelas Polícias Militares, pelos Corpos de Bombeiros Militares e pela Polícia Federal; Carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Órgãos, Ordens, Conselhos, etc.) criados por Lei Federal (desde que contenham foto, impressão digital e o número da cédula de identidade que lhe deu origem); Carteiras funcionais do Ministério Público e as expedidas por órgão público que, por Lei Federal, valem como identificação; Passaporte.
 - 1.2 Para candidato estrangeiro, os documentos aceitos são: Cédula de Identidade expedida pela Polícia Federal ou Passaporte com visto temporário de candidato válido.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS**

- 2) CPF do próprio candidato. Caso o número do CPF já conste no Documento Oficial de Identidade, este Item poderá ser desconsiderado;

B. Documentos para as modalidades que envolvem ESCOLA PÚBLICA:

1. Histórico Escolar do Ensino Médio (frente e verso);
2. Declaração do Ensino Médio (expedida pela escola onde o candidato cursou o último ano do ensino médio), especificando em qual escola foi cursada CADA UMA das séries do Ensino Médio, **caso o Histórico Escolar não tenha sido emitido**. A Declaração de Conclusão deverá ser impressa em papel timbrado com a identificação/logomarca do estabelecimento de ensino emissor, ser carimbada e assinada pela autoridade/agente público responsável, o qual deverá estar claramente identificado, também, com seu nome completo, cargo/função e matrícula funcional.
3. Declaração do próprio candidato (em modelo a ser fornecido *on-line* pelo CEFET-MG) de que NÃO cursou, em nenhum momento, parte do Ensino Médio na rede particular de ensino, caso tenha concluído o Ensino Médio no âmbito da modalidade de Educação de Jovens e Adultos ou que tenha obtido Certificado de Conclusão com base no resultado do ENCCEJA ou de exames de certificação de competência ou de avaliação de jovens e adultos realizados pelos sistemas estaduais de ensino.
 - Esse documento é exigido **SOMENTE** do candidato concorrente pelo SRV que tenha concluído o Ensino Médio no âmbito da modalidade de Educação de Jovens e Adultos ou que tenha obtido Certificado de Conclusão com base no resultado do ENCCEJA ou de exames de certificação de competência ou de avaliação de jovens e adultos realizados pelos sistemas estaduais de ensino.

C. Regras Específicas para Candidatos das Modalidades RENDA:

1. Documentos exigidos no grupo A e B deste anexo, para todo e qualquer candidato.
2. **Para candidato inserido no CAD Único** com registro **SOMENTE** no Bolsa Família (BF) **OU** no Benefício de Prestação Continuada (BPC) que deverá apresentar:
 - a. Folha Resumo do CAD Único com data cadastral **anterior a 1º de julho de 2021**, com **assinatura do órgão emissor**, constando a renda bruta
 - b. Extratos da Bolsa Família (BF) **OU** do Benefício de Prestação Continuada (BPC) dos três meses anteriores ao mês de abertura do período de inscrições deste Processo Seletivo, ou seja **outubro, novembro e dezembro de 2021**.
 - Não basta o candidato ser apenas inserido no CAD Único, necessariamente, deve, além da inscrição, ser beneficiário do Bolsa Família (BF) ou do Benefício de Prestação Continuada (BPC).



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS**

3. **Para o candidato que não tiver a Folha Resumo do CAD Único e os Extratos (BF ou BPC) especificados acima, deverá ser enviada a seguinte documentação:**
- I. Carteira de Identidade de TODOS os demais membros do grupo familiar. Caso algum membro, menor de 18 (dezoito) anos, não tenha Carteira de Identidade, enviar a Certidão de Nascimento.
 - II. CPF de TODOS os demais membros do grupo familiar. Caso o número do CPF já conste na Carteira de Identidade, este Item poderá ser desconsiderado.
 - III. Certidão de Casamento do candidato ou de seus pais/responsáveis, conforme o caso.
 - IV. Comprovante de União Estável do candidato ou de seus pais/responsáveis, conforme o caso, emitida por juízo competente ou Declaração do próprio candidato, informando a existência da união estável (em modelo fornecido *on-line* pelo CEFET-MG).
 - V. Certidão de Óbito, em caso de pais falecidos.
 - VI. Termo de Arrolamento dos Bens de Inventário, se for o caso.
 - VII. Sentença de Separação Judicial ou de Divórcio e do respectivo Formal de Partilha, se for o caso, para candidatos que se declararem separados/divorciados ou filhos de pais separados/divorciados ou declaração do próprio candidato informando a separação conforme modelo fornecido *on-line* pelo CEFET-MG, devidamente assinada e datada.
 - VIII. Declaração registrada em cartório atestando a ausência, em casos de candidatos que tenham pais desaparecidos, ou Declaração do próprio candidato informando tal situação (em modelo fornecido *on-line* pelo CEFET-MG) – O documento apresentado deverá estar devidamente datado e assinado pelo candidato e por duas testemunhas.
 - IX. Comprovante de residência em nome do candidato ou de um membro do grupo familiar.
 - X. Última Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF), com respectivos recibos de entrega, de todas as pessoas declarantes do IRPF no grupo familiar, inclusive do próprio candidato, se for o caso.
 - XI. Extratos bancários dos três meses anteriores ao mês de abertura do período de inscrições deste Processo Seletivo de todas as contas bancárias existentes dos membros do grupo familiar maiores de 14 anos. Deverão ser apresentados os extratos de todos os tipos de contas – inclusive poupanças, conta salário, de investimentos, de Pessoa Jurídica etc – que estiveram ativas desde os últimos 2 (dois) anos anteriores ao do Processo Seletivo em curso.
 - XII. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) de TODOS os membros do grupo familiar maiores de 14 anos, inclusive dos desempregados, servidores públicos federais, estaduais, municipais e daqueles que nunca trabalharam, devendo contemplar as páginas com foto, qualificação profissional, último contrato e a próxima página em branco posterior à do último contrato de trabalho.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS**

- XIII. Em caso de inexistência de renda e/ou da CTPS de algum dos membros do grupo familiar, o candidato deverá apresentar declaração com tal informação conforme modelo fornecido *on-line* pelo CEFET-MG, devidamente assinada e datada.
- XIV. No grupo familiar, quem estava desempregado nos três meses anteriores ao mês de abertura do período de inscrição deste Processo Seletivo, deverá apresentar o termo de rescisão do contrato de trabalho e os recibos do seguro de desemprego.
- XV. No grupo familiar, quem possuir rendimentos, deverá apresentar os comprovantes tais como: contracheques, envelopes de pagamento ou declaração da firma empregadora. Todos os comprovantes deverão ser referentes aos três meses anteriores ao mês de abertura do período de inscrição deste Processo Seletivo.
- XVI. No grupo familiar, quem é aposentado, pensionista ou beneficiário de Auxílio-Doença do INSS deverá apresentar extratos de pagamentos da aposentadoria, pensão por morte ou Auxílio-Doença emitidos pelo INSS. O extrato deverá comprovar o número e o valor do benefício recebido, bem como o nome do beneficiário.
- XVII. No grupo familiar, quem recebe pensão alimentícia deverá apresentar um documento hábil a comprovar o recebimento desse provento. Caso receba pensão informal, deverá apresentar uma Declaração (em modelo fornecido *on-line* pelo CEFET-MG), em que conste o nome completo do pagador da pensão, seu endereço, o número do Documento de Identidade e CPF, além do valor recebido nos três meses anteriores ao mês de abertura do período de inscrições deste Processo Seletivo. Deverão ser apresentados, também, os extratos bancários que comprovem o valor declarado.
- XVIII. No grupo familiar, quem é beneficiário dos Programas Sociais de Transferência de Renda – Bolsa Pró-jovem Rural, Bolsa de Pró-jovem Urbano, Bolsa de Pró-UNI e outros, deverá apresentar o comprovante de recebimento do benefício.
- XIX. No grupo familiar, quem é autônomo ou profissional liberal deverá comprovar sua renda mediante apresentação do Recibo de Pagamento a Autônomo (RPA), da Declaração Comprobatória de Percepção de Rendimentos Tributáveis e Não-Tributáveis (DECORE) e da Guia de Recolhimento de INSS, dos três meses anteriores ao mês de abertura do período de inscrições deste Processo Seletivo. Na falta dos documentos acima citados, deverá ser apresentada uma Declaração do próprio candidato, conforme modelo fornecido *on-line* pelo CEFET-MG, devidamente assinada e datada, informando a renda mensal recebida e a atividade laborativa.
- XX. No grupo familiar, quem é sócio ou dirigente de empresa deverá apresentar a Declaração Comprobatória de Percepção de Rendimentos Tributáveis e Não-Tributáveis (DECORE) e a Guia de Recolhimento de INSS – ambas dos três meses anteriores ao mês de abertura do período de inscrições deste Processo Seletivo – e, também, o Contrato Social da empresa e a Última Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), com respectivo recibo de entrega.
- XXI. No grupo familiar, quem é proprietário de microempresa deverá apresentar o Recibo de Retirada Pró-labore (datado e assinado por contador legalmente habilitado), a Guia de Recolhimento de INSS – ambos dos três meses anteriores ao mês de abertura do período



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS

de inscrições deste Processo Seletivo – e, também, a última Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), com o respectivo recibo de entrega.

- XXII. No grupo familiar, quem é proprietário rural deverá apresentar a guia de recolhimento do Imposto Territorial Rural (ITR) referente ao último exercício.
- XXIII. No grupo familiar, quem exerce atividade profissional na economia informal, ou seja, à margem da formalidade (ausência de carteira assinada; sem firma registrada; sem emissão de notas fiscais, dentre outras situações correlatas), deverá redigir uma Declaração (em modelo fornecido *on-line* pelo CEFET-MG). O documento deverá conter data e assinatura do declarante.
- XXIV. No grupo familiar, quem é taxista deverá apresentar Declaração de Sindicato ou de Cooperativa de Taxistas emitida para fins de comprovação da renda mensal do interessado.
- XXV. No grupo familiar, quem tem renda proveniente de aluguel(éis) ou de arrendamento(s) de bem(ns) móvel(is) ou imóvel(is) deverá apresentar o(s) respectivo(s) contrato(s) de locação ou arrendamento – devidamente registrado(s) em cartório – em que conste(m) o(s) valor(es) recebido(s) mensalmente ou apresentar extrato(s) bancário(s) em que se demonstre o(s) depósito(s) recebido(s), nos três meses anteriores ao mês de abertura do período de inscrições deste Processo Seletivo.
- XXVI. A família sem renda que esteja recebendo ajuda de terceiros deverá redigir uma Declaração (em modelo fornecido *on-line* pelo CEFET-MG) em que conste o nome completo, o endereço, o número do Documento de Identidade e o CPF da pessoa que faz a doação, bem como o valor da ajuda e a origem dela. A declaração deverá ser assinada pelo interessado/responsável pelo candidato.
- XXVII. Guia de recolhimento e comprovante(s) de pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) referente(s) ao ano corrente – 2021 (2020 caso o Município do local do imóvel ainda não tenha emitido a cobrança referente ao ano de 2021), mesmo em atraso, excetuando-se os casos de imóveis localizados em cidades que não cobram esse imposto.
- XXVIII. Guia de recolhimento e comprovante(s) de pagamento do Imposto de Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) do ano corrente – 2021, mesmo em atraso.
- XXIX. Caso seja necessário informar ocorrência específica vivenciada pela família e não contemplada no formulário deverá ser redigida Declaração (legível, datada assinada e sem rasuras) na qual seja relatada a situação. A declaração deverá ser devidamente assinada pelo responsável pela informação (caso menor de idade, o seu responsável legal é que deverá redigir e assinar a declaração).

D. Documentos para as modalidades que envolvem COR/ETNIA:

- 1. Documentos informados no grupo A e B deste anexo (obrigatório).
- 2. Para os candidatos autoidentificados como **negros (pretos ou pardos)** ou **indígenas**:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS

- AUTODECLARAÇÃO de cor-etnia (em formulário padrão *on-line* disponibilizado pelo CEFET-MG, conforme seções 13 e 14, a ser impressa, assinada, digitalizada e enviada pelo candidato. O envio da AUTODECLARAÇÃO de Cor-Etnia é obrigatório.
3. Para os candidatos autoidentificados como indígenas:
- Registro Administrativo de Nascimento de Índio (RANI) e;
 - uma declaração da liderança da aldeia indígena informando que o candidato, de fato, faz parte da comunidade, bem como que a referida comunidade está localizada no Território Nacional Brasileiro

E. Documentos para as modalidades que envolvem Pessoa com Deficiência:

1. Documentos informados no grupo A e B deste anexo (obrigatório)
2. Para todas as categorias de deficiência, deve ser apresentado LAUDO MÉDICO, o qual deverá possuir, obrigatoriamente, as características e dados a seguir:
 - **Características:**
 - i. Nível de detalhamento técnico suficiente e adequado;
 - ii. Emissão nos últimos 12 (doze) meses, a contar da data de abertura das inscrições deste Processo Seletivo;
 - iii. Escrita/impressão plenamente legível (preferencialmente produzido em computador);
 - iv. Emissão em papel timbrado;
 - v. Ser emitido por médico com formação profissional na **ESPECIALIDADE** aplicável ao tipo de deficiência do candidato.
 - **Dados:**
 - a. Identificação do candidato (nome completo)
 - b. Identificação completa do médico emissor do laudo (nome completo sem abreviaturas)
 - c. Número de registro do médico emissor do laudo no Conselho Regional de Medicina (CRM) ou no Ministério da Saúde (RMS)
 - d. Endereço do profissional
 - e. Assinatura e carimbo
 - f. Data de emissão
 - g. Identificação da espécie de deficiência (com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças – CID)
 - h. Relatório diagnóstico com a descrição detalhada da situação que motiva a solicitação de autorização para concorrer às vagas reservadas a Pessoas com Deficiência (PcD),



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS

incluindo a informação do grau, das condições em que se manifesta a deficiência, seu estágio atual e sua causa provável

3. Para categorias específicas de deficiência, devem ser apresentados **EXAMES COMPLEMENTARES**, como listado a seguir. Todos os laudos deverão ser emitidos por médicos com formação profissional na **ESPECIALIDADE** aplicável ao tipo de deficiência do candidato.
- **Para Pessoas Surdas ou com Deficiência Auditiva:** Exame de Audiometria, realizado nos últimos doze meses, no qual conste o nome legível ou carimbo, assinatura e número do conselho de classe do profissional que realizou o exame.
 - **Para Pessoas com Deficiência Visual:** Exame Oftalmológico em que conste a acuidade visual, realizado nos últimos doze meses, como também o nome legível ou carimbo, assinatura e CRM/RMS do profissional que realizou o exame.
 - **Para Pessoas Surdocegas:**
 - Exame de Audiometria realizado nos últimos doze meses, no qual conste o nome legível ou carimbo, assinatura e número do conselho de classe do profissional que realizou o exame.
 - Exame Oftalmológico em que conste a acuidade visual, realizado nos últimos doze meses, como também o nome legível ou carimbo, assinatura e CRM/RMS do profissional que realizou o exame.
 - **Pessoas com Deficiência múltipla:** Exames de Audiometria e/ou Exame Oftalmológico e/ou Laudo de Funcionalidade de acordo com as deficiências apresentadas e seguindo os critérios já indicados nas demais deficiências acima. O(s) referido(s) exame(s) deverão ter sido realizados nos últimos doze meses e deverão conter o nome legível ou carimbo, assinatura e CRM/RMS do profissional que realizou o(s) exame(s).

F. Condições de elegibilidade da Pessoa com Deficiência (PcD):

1. Serão elegíveis a concorrer pelo SRV as pessoas com deficiência que se enquadrem no Art. 2º da Lei 13.146/2015 (Estatuto de Inclusão da Pessoa com Deficiência) e nas categorias discriminadas no Art. 4º do Decreto 3.298/1999, com as alterações introduzidas pelo Decreto 5.296/2004, no § 1º do Art. 1º da Lei 12.764/2012 (Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista), regulamentada pelo Decreto 8.368/14, e as contempladas pelo enunciado da Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça (STJ), observados os dispositivos da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Decreto 6.949/2009.
2. Com base nos documentos legais expressos neste Edital, serão adotados os conceitos e as características de cada deficiência, bem como as regras de enquadramento, apresentados nas seções a seguir.

3. **Conceitos Preliminares**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS

- i. **Pessoa com deficiência** – é aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Art. 2º da Lei 13.146/2015).
- ii. **Deficiência** – é toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano.
- iii. **Deficiência permanente** – é aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos.
- iv. **Incapacidade** – é uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida.

4. Podem concorrer às vagas destinadas a PcD no Sistema de Reserva de Vagas (SRV)

- **Pessoa com Deficiência Física:** Pessoa com alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções (Decreto 5.296/2004, Art. 5º, §1º).
 - **Pessoa Surda ou com Deficiência Auditiva:** Pessoa com perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500 Hz, 1.000 Hz, 2.000 Hz e 3.000 Hz (Decreto 5.296/2004, Art. 5º, §1º).
 - **Pessoa com Deficiência Visual:** Pessoa com cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores (Decreto 5.296/2004, Art. 5º, §1º).
- Para efeitos do presente Edital e com base na Constituição Federal de 1988 (Art. 37, VIII), na Lei 8.112/1990 (Art. 5º, § 2º), no Decreto 3.298/1999 (Arts. 3º, 4º, III, e 37), os quais orientaram a Súmula 377 do STJ, os **candidatos com visão monocular** têm direito de concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência. Sobre a visão monocular, considera-se que o candidato nessa condição padece de deficiência visual univalente, comprometidora das noções de profundidade e distância e implica limitação superior à deficiência parcial que afete os dois olhos.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS

- **Pessoa com Deficiência Intelectual ou Mental:** Pessoa com funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos 18 (dezoito) anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como comunicação; cuidado pessoal; habilidades sociais; utilização dos recursos da comunidade; saúde e segurança; habilidades acadêmicas; lazer e trabalho (Decreto 5.296/2004, Art. 5º, §1º).
- **Pessoa com Surdocegueira:** Pessoa com deficiência única que apresenta características peculiares como graves perdas auditivas e visual, levando quem a possui a ter formas específicas de comunicação para ter acesso a lazer, educação, trabalho e vida social. Não há necessariamente uma perda total dos dois sentidos. A surdocegueira pode ser identificada como sendo de vários tipos: cegueira congênita e surdez adquirida; surdez congênita e cegueira adquirida; cegueira e surdez congênitas; cegueira e surdez adquiridas; baixa visão com surdez congênita; baixa visão com surdez adquirida.
- **Pessoa com Transtorno do Espectro Autista:** É considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela com síndrome clínica caracterizada por:
 - i. Deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;
 - ii. Padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.
- A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais (Lei 12.764/2012, Art. 1º).
- **Pessoa com Deficiência múltipla:** aquela que apresenta associação de duas ou mais deficiências (Decreto 5.296/2004, Art. 5º, §1º).

5. NÃO podem concorrer no âmbito do Sistema de Reserva de Vagas (SRV) como PcD

- ⊗ **Pessoa com transtornos específicos do desenvolvimento das habilidades escolares (CID 10 - F81):** Transtorno específico de leitura (F810); Transtorno específico da soletração (F811); Transtorno específico da habilidade em aritmética (F812); Transtorno misto de habilidades escolares (F813); Outros transtornos do desenvolvimento das habilidades escolares (F818); Transtorno não especificado do desenvolvimento das habilidades escolares (F819).
- ⊗ **Pessoa com dislexia e outras disfunções simbólicas, não classificadas em outra parte (CID 10 - R48):** Dislexia e alexia (R48.0); Agnosia (R48.1); Apraxia (R48.2); Outras disfunções simbólicas e as não especificadas (R48.8).



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS**

- ⊗ **Pessoa com transtornos hipercinéticos (CID 10 - F90):** Distúrbios da atividade e da atenção; Síndrome de déficit da atenção com hiperatividade; Transtorno de déficit da atenção com hiperatividade (TDAH); Transtorno de hiperatividade e déficit da atenção (F90.0); Transtorno hipercinético de conduta; Transtorno hipercinético associado a transtorno de conduta (F90.1); Outros transtornos hipercinéticos (F90.8); Transtorno hipercinético não especificado; Reação hipercinética da infância ou da adolescência; Síndrome hipercinética (F90.9).
- ⊗ **Pessoa com transtornos mentais e comportamentais (CID 10 - F00/F99):** Transtornos mentais orgânicos, inclusive os sintomáticos (F00 - F09); Transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de substância psicoativa (F10 - F19); Esquizofrenia, Transtornos esquizotípicos e Transtornos delirantes (F20 - F29); Transtornos do humor [afetivos] (F30 - F39); Transtornos neuróticos, Transtornos relacionados com o "stress" e Transtornos somatoformes (F40 - F48); Síndromes comportamentais associadas a disfunções fisiológicas e a fatores físicos (F50 - F59); Transtornos da personalidade e do comportamento do adulto (F60 - F69); Transtornos do desenvolvimento psicológico (F80 - F89); Transtornos do comportamento e Transtornos emocionais que aparecem habitualmente durante a infância ou a adolescência (F90 - F98); Transtorno mental não especificado (F99 - F99).
- ⊗ **Pessoa com deformidades estéticas e/ou deficiências sensoriais** que não configurem impedimento e/ou restrição para seu desempenho no processo ensino-aprendizagem que requeiram atendimento especializado.
- ⊗ **Pessoa com mobilidade reduzida**, ou seja, aqueles que, não se enquadrando no conceito de pessoa com deficiência, tenham, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção (Decreto 5.296/2004, Art. 5º, §1º).
- ⊗ **Pessoas que cursaram parcial ou completamente o Ensino Médio em instituições privadas (particulares) de ensino** (nos termos do Item 2.9.3 do corpo deste Edital), **mesmo que** sejam portadoras das condições de elegibilidade descritas acima neste anexo.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS

EDITAL Nº 148/21 DO CEFET-MG
PROCESSO SELETIVO E MATRÍCULA DOS CANDIDATOS APROVADOS NO
PROGRAMA ESPECIAL DE FORMAÇÃO DE DOCENTES
ANO 2022 – 1º SEMESTRE

ANEXO III

DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA MATRÍCULA PRESENCIAL

1. Para a matrícula, todos os candidatos classificados no limite das vagas ofertadas deverão apresentar na Secretaria de Registro e Controle Acadêmico obrigatoriamente **os originais e as cópias legíveis** dos seguintes documentos:
 - a. Diploma de Curso Superior, com validade reconhecida em todo o território nacional e devidamente registrado em órgão competente. Para Diploma expedido no exterior, necessária a validação dos estudos feitos em país estrangeiro, emitida por órgão legalmente competente no Brasil – uma cópia.
 - b. Histórico Escolar da Graduação – uma cópia.
 - c. Histórico Escolar do Ensino Médio – uma cópia
 - d. Documento de identidade (**Nota 1**) – uma cópia.
 - e. Para candidato estrangeiro, cédula de identidade expedida pela Polícia Federal ou passaporte com visto temporário de estudante válido – duas cópias.
 - f. Documento que comprove a quitação com as obrigações eleitorais, para candidatos maiores de 18 anos – uma cópia.
 - g. Documento que comprove a quitação com as obrigações militares, para os candidatos maiores de 18 anos, estando dispensado de apresentar este documento o candidato com idade superior a 46 anos – uma cópia.
 - h. Cadastro de Pessoa Física (CPF) – uma cópia.
 - i. Uma fotografia 3x4 recente.

Nota 1: São considerados documentos válidos: Cédula de identidade (RG); Carteira de trabalho; Carteira nacional de habilitação (somente o modelo com foto); Carteira expedida por conselhos profissionais (OAB, CREA, CRM, etc.); Carteiras expedidas pelos Comandos Militares; Carteiras expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública; Carteiras expedidas pelos Institutos de Identificação; Carteiras expedidas pelos Corpos de Bombeiros Militares; Carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de Exercício Profissional (órgãos, conselhos, etc.); Carteiras funcionais do Ministério Público e as expedidas por órgão público que, por Lei Federal, valem como identificação; Certificado de reservista; Passaporte.

IMPORTANTE

Não será aceita matrícula de candidato com documentação incompleta, ressalvado a cópia do Diploma de Curso Superior, o qual poderá ser substituído por declaração de conclusão, na qual conste que o Diploma se encontra em fase de registro.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS**

Todas as cópias apresentadas deverão estar acompanhadas de seus respectivos originais, para conferência, sendo que documentos em más condições não serão aceitos.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS

EDITAL Nº 148/21 DO CEFET-MG
PROCESSO SELETIVO E MATRÍCULA DOS CANDIDATOS APROVADOS NO
PROGRAMA ESPECIAL DE FORMAÇÃO DE DOCENTES
ANO 2022 – 1º SEMESTRE

ANEXO IV

MEMORIAL DESCRITIVO E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DO MEMORIAL DESCRITIVO

- i. Na apresentação do Memorial Descritivo o/a candidato/a deverá elaborar um texto reflexivo e argumentativo sobre os desafios, o saber e o fazer docente, bem como suas aspirações e interesses de se tornar professor/a, os quais o/a levaram a se candidatar a uma vaga neste Programa Especial de Formação Docente.
- ii. Recomenda-se o uso da primeira pessoa do singular na apresentação detalhada das suas expectativas.
- iii. O Memorial Descritivo deverá conter:

Capa: informações básicas do candidato, título do memorial, autoria, local, ano de publicação;

Texto: a formatação é por conta do candidato, mas obrigatoriamente deverá ser usada fonte Times New Roman, tamanho 11, com espaçamento 1,5 linhas e alinhamento justificado. As páginas do texto deverão ser enumeradas e o número de páginas não deve ser menor que dois e nem maior que cinco.

Referências bibliográficas: se usadas, deverão ser citadas no texto (autor(es) e ano) e elencadas ao final do documento, seguindo as normas da ABNT.

Submissão: O texto deverá ser submetido no sistema eletrônico de inscrição da OPEVE, até às 23h59 do dia **08 de fevereiro de 2022** e, obrigatoriamente, na versão em PDF.

2. REFERÊNCIAS (BASE PARA O TEXTO)

NÓVOA, António. **Desafios do trabalho do professor no mundo contemporâneo**. São Paulo: Sinpro SP, 2007.

Disponível em <https://www.sinprosp.org.br/arquivos/novoa/livreto_novoa.pdf>.

PUNTES, R. V.; AQUINO, O. F.; NETO, A. Q.. **Profissionalização dos professores:** conhecimentos, saberes e competências necessários à docência. *Educar*, Curitiba, n. 34, p. 169-184, 2009. Editora UFPR.

Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/er/a/W8zSkmsQGRnYTvPJhXCR5Hc/?lang=pt>>



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS

EDITAL Nº 148/21 DO CEFET-MG
PROCESSO SELETIVO E MATRÍCULA DOS CANDIDATOS APROVADOS NO
PROGRAMA ESPECIAL DE FORMAÇÃO DE DOCENTES

ANEXO V

PROCEDIMENTOS PARA SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO

1. ORIENTAÇÕES INICIAIS

- i. Neste anexo, estão descritos os documentos a serem apresentados pelos candidatos que desejarem se inscrever ao Programa de Isenção da Taxa de Inscrição ao Processo Seletivo.
- ii. A análise da renda *per capita* do grupo familiar exige a verificação dos rendimentos dos 3 (três) meses anteriores ao mês de abertura do período de inscrições deste Processo Seletivo. Portanto, **os comprovantes indicados no presente anexo referem-se aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2021.** **Atenção:** o candidato deverá apresentar os documentos listados para cada um desses meses.
- iii. Quando se tratar de documentos em papel, estes deverão ser digitalizados somente a partir dos respectivos **ORIGINAIS**. Não devem ser digitalizadas cópias de documentos. A imagem do documento deve ser da página inteira e de fácil leitura. Certifique-se de que o texto esteja visível, legível, sem brilho e que impeça a plena visibilidade do documento de identificação e que os cantos do documento sejam capturados na digitalização. Não altere o documento de identificação de forma alguma. Por exemplo, não oculte, rasure ou risque informações.
- iv. Caso a imagem das páginas seja fracionada ou parcial o documento será totalmente rejeitado.

2. DA REQUISIÇÃO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

- 2.1 Para solicitar a isenção da taxa de inscrição, o candidato deverá preencher, no Sistema Eletrônico da COPEVE (disponível em www.vestibular.cefetmg.br), todos os campos do Requerimento de Isenção e do Questionário Socioeconômico Familiar.
- 2.2 O candidato que solicitar a isenção da taxa de inscrição deverá submeter ao CEFET-MG, por meio do envio direto (**UPLOAD**) de arquivos em formato eletrônico no sistema da COPEVE, os documentos comprobatórios pertinentes ao seu caso, observando a relação informada neste ANEXO.
 - 2.2.1 Para carregamento (**UPLOAD**) na plataforma da COPEVE (www.vestibular.cefetmg.br), os arquivos eletrônicos (digitais ou digitalizados) deverão estar nos formatos **PDF** (*Portable Document Format*), **JPG** (*Joint Photographics Experts Group*) ou **PNG** (*Portable Network Graphics*) e atender ao limite de tamanho indicado pelo referido sistema eletrônico.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS**

- 2.2.2 A recepção de documentos por carregamento (*UPLOAD*) na página da COPEVE será encerrada, automaticamente, às **23h59** do dia **24 de janeiro de 2021**.
- 2.2.3 A COPEVE|CEFET-MG poderá solicitar complementação de documentos, além dos listados neste ANEXO, em cada caso que julgar necessário.
- 2.2.4 O CEFET-MG poderá exigir, a qualquer tempo, a apresentação dos documentos originais que geraram os arquivos enviados, via carregamento (*UPLOAD*), pelo candidato.
- 2.3 O CEFET-MG se reserva o direito de exigir, a qualquer tempo, documentos adicionais (ou outros meios de comprovação) que atestem a condição que motiva a solicitação de isenção da taxa de inscrição feita pelo candidato.

3. DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA

- 3.1 Documento Oficial de Identidade do candidato (conforme lista informada no subitem 3.3.1-c do corpo principal deste Edital)
- 3.2 CPF do próprio candidato. Caso o número do CPF já conste no Documento Oficial de Identidade, este item poderá ser desconsiderado
- 3.3 **Declaração de Escolaridade** do candidato emitida pela instituição de ensino, na qual conste a informação de que TODO o Ensino Médio foi cursado em escola pública, se for o caso, e que tenha a citação do nome de todas as escolas onde o candidato estudou e as respectivas séries do Ensino Médio ou cópia do **Histórico Escolar**. Em caso de ter sido bolsista em escola da rede privada durante todo o Ensino Médio, apresentar declaração da instituição de ensino atestando o percentual de bolsa em cada série do nível Médio, bem como o **Histórico Escolar**. A bolsa deverá ter sido de caráter integral (100%).
- 3.4 **Certificado de conclusão** do ensino médio por **Exame Supletivo**, ou, se for o caso, de **Declaração de Escola**, em que se comprove que o candidato foi aprovado em, no mínimo, quatro matérias desse último curso ou;
- 3.5 **Certificado de conclusão** do certificado de **Conclusão** do Ensino Médio por curso de **Educação de Jovens e Adultos (EJA)**, ou, se for o caso, de **Declaração de Escola**, em que se comprove que o candidato cursou, com aprovação, o primeiro ano desse último curso.

3.6 COMPROVANTES DE RENDA DO CANDIDATO E DO GRUPO FAMILIAR

- 3.6.1 Quem é beneficiário dos Programas Sociais de Transferência de Renda – Bolsa Escola, Bolsa Família, BPC, auxílio doença e outros, deverá apresentar a cópia do comprovante de recebimento do benefício, dos três meses anteriores ao mês de abertura do período de inscrições deste Processo Seletivo.
- 3.6.2 Cópia completa de Declaração de Imposto de Renda recente de Pessoa Física do candidato, dos pais/responsável do candidato e, se for o caso, de todos os membros do seu grupo familiar, maiores de 21 anos, que fazem essa Declaração.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS

- 3.6.3 Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) do candidato e dos pais/responsável do candidato – ou seja, cópia da página de Identificação, da página do último Contrato de Trabalho e, quando necessário, da página em que se comprove o desemprego (aquela imediatamente posterior à do último Contrato de Trabalho) – e, se for o caso, dos demais membros do seu grupo familiar que a tiverem.
- 3.6.4 Extratos bancários dos três meses anteriores ao mês de abertura do período de inscrições deste Processo Seletivo de todas as contas bancárias existentes dos membros do grupo familiar, maiores de 14 anos. Deverão ser apresentados os extratos de todos os tipos de contas – inclusive poupanças, conta salário, de investimentos, de Pessoa Jurídica etc – que estiveram ativas desde os últimos 2 (dois) anos anteriores ao do Processo Seletivo em curso.
- 3.6.5 Quem trabalha com vínculo empregatício ou é funcionário público deverá comprovar, também, o valor bruto do salário recebido, mediante apresentação de cópia do Contracheque ou de Declaração do Empregador, em que constem o cargo e o salário mensal dos três meses anteriores ao mês de abertura do período de inscrições deste Processo Seletivo.
- 3.6.6 Quem é autônomo ou profissional liberal deverá comprovar, também, sua renda, mediante apresentação de cópia do Recibo de Pagamento a Autônomos (RPA) dos três meses anteriores ao mês de abertura do período de inscrições deste Processo Seletivo.
- 3.6.7 Quem é proprietário de microempresa – ou seja, pessoa jurídica – deverá apresentar, também, cópia do Recibo de Retirada Pró-labore dos três meses anteriores ao mês de abertura do período de inscrições deste Processo Seletivo e cópia da Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica.
- 3.6.8 Quem é aposentado ou pensionista do INSS ou recebe Benefício de Prestação Continuada (BPC), deverá apresentar, também, cópia do Extrato de Pagamento, para comprovar o valor do benefício recebido mensalmente desse Instituto.
- 3.6.9 Quem é taxista deverá apresentar Declaração de Sindicato ou de Cooperativa de Taxistas emitida para fins de comprovação da renda mensal do interessado.
- 3.6.10 Quem tem renda proveniente de aluguel(éis) ou de arrendamento (s) de imóvel(is) deverá apresentar cópia do(s) respectivo(s) contrato(s), em que conste o valor do pagamento feito mensalmente.
- 3.6.11 Quem é proprietário ou produtor rural deverá apresentar cópia da Declaração de Imposto Territorial Rural ou a última Declaração de Renda de Atividades Rurais em que se comprovem a condição de proprietário de imóvel rural e o exercício de atividades rurais.
- 3.6.12 Quem recebe pensão alimentícia deverá apresentar cópia do comprovante de recebimento da pensão ou do INSS dos três meses anteriores ao mês de abertura do período de inscrições deste Processo Seletivo. Caso receba pensão informal, deverá apresentar uma declaração do recebimento de Pensão Alimentícia, redigida e assinada pelo interessado/responsável pelo candidato (em modelo fornecido *on-line* pelo CEFET-MG), em que conste o valor percebido nos três meses anteriores ao mês de abertura do período de inscrições deste Processo Seletivo.
- 3.6.13 A família sem renda que esteja recebendo ajuda de terceiros deverá redigir uma Declaração (em modelo fornecido *on-line* pelo CEFET-MG) em que conste o nome completo, o endereço, o número do Documento de Identidade e o CPF da pessoa que faz a doação, bem como o



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS**

valor da ajuda e a origem dela. A declaração deverá ser assinada pelo interessado/responsável pelo candidato.

3.7 COMPROVANTES DE DESPESAS DO CANDIDATO E DO GRUPO FAMILIAR

- 3.7.1 Cópia das **contas de água, de energia elétrica, de condomínio (quando for o caso), de TV por assinatura, de Internet e de telefone(s) fixo(s) e/ou celular(es)** dos três meses anteriores ao mês de abertura do período de inscrições deste Processo Seletivo.
- 3.7.2 Cópia de **Comprovante(s) de Pagamento de Aluguel** ou, se for o caso, de **Comprovante(s) de Amortização de Dívida da Casa Própria** dos três meses anteriores ao mês de abertura do período de inscrições deste Processo Seletivo
- 3.7.3 Cópia de Comprovante de **Pagamento de Mensalidade(s)** relativas à instrução, inclusive curso(s) pré-vestibular(es), escola(s) particular(es), curso(s) de língua(s) estrangeira(s) e outros semelhantes dos três meses anteriores ao mês de abertura do período de inscrições deste Processo Seletivo.
- 3.7.4 Cópia de **Comprovante(s) de Pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU)**, anual mesmo em atraso, com exceção dos concernentes a imóveis situados em cidades que não cobram esse imposto.
- 3.7.5 Cópia de **Comprovante(s) de Pagamento do Imposto de Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) de 2021**.

3.8 DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR DO CANDIDATO E DO GRUPO FAMILIAR

- 3.8.1 Cópia da Certidão de Casamento se for o caso.
- 3.8.2 Cópia do **Comprovante de União Estável** (Por exemplo: Comprovação de união estável emitida por juízo competente ou Certidão de Nascimento de filho havido em comum ou Declaração de duas pessoas que atestem a existência da União Estável).
- 3.8.3 Cópia de **Certidão de Óbito**, se for o caso.
- 3.8.4 Cópia de **Arrolamento dos bens de Inventário**, se for o caso.
- 3.8.5 Cópia de **Sentença de Separação Judicial ou do Divórcio** (ou Declaração de duas pessoas que atestem a separação) e do respectivo **Formal de Partilha**, se for o caso.
- 3.8.6 Cópia de Declaração registrada em cartório atestando o desaparecimento, em casos de candidatos que tenham pais desaparecidos, ou Declaração do próprio candidato informando tal situação (em modelo fornecido *on-line* pelo CEFET-MG) – O documento apresentado deverá estar devidamente datado e assinado pelo candidato e por duas testemunhas.

3.9 OBSERVAÇÕES

- 3.9.1 O preenchimento do Questionário Socioeconômico Familiar e toda a documentação anexada serão de inteira responsabilidade do candidato e, em nenhuma hipótese, serão admitidas alterações após o dia **24 de janeiro de 2022**.

4. DAS CONDIÇÕES DE INDEFERIMENTO PRÉVIO



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS**

- 4.1 Deixar de preencher o Questionário Socioeconômico Familiar.
- 4.2 Submeter o Questionário Socioeconômico Familiar sem **ASSINATURAS**.
- 4.3 Não cumprir os prazos estabelecidos no Edital para submissão da documentação comprobatória (**até 24 de janeiro de 2022**).
- 4.4 Não apresentar documento(s) que comprove(m) a conclusão de estudos compatíveis com a realização do Processo Seletivo, como especificado no item 1.3 do texto principal (corpo) deste Edital.
- 4.5 Se houver qualquer tentativa de impedir a realização de visita domiciliar feita pelos profissionais a serviço do CEFET-MG.

EDITAL Nº 148/21 DO CEFET-MG



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS

PROCESSO SELETIVO E MATRÍCULA DOS CANDIDATOS APROVADOS NO
PROGRAMA ESPECIAL DE FORMAÇÃO DE DOCENTES
ANO 2022 – 1º SEMESTRE

ANEXO VI
RESUMO DE PARÂMETROS E DATAS IMPORTANTES

Item	Evento	Data	Por extenso
1.	Abertura das inscrições	04/01/22	terça-feira, 4 de janeiro de 2022
2.	Início da submissão da documentação comprobatória e do Memorial Descritivo	04/01/22	terça-feira, 4 de janeiro de 2022
3.	Abertura das solicitações de isenção da taxa de inscrição	04/01/22	terça-feira, 4 de janeiro de 2022
4.	Término das solicitações de isenção da taxa de inscrição	24/01/22	segunda-feira, 24 de janeiro de 2022
5.	Resultado das solicitações de isenção da taxa de inscrição	26/01/22	quarta-feira, 26 de janeiro de 2022
6.	Data-limite para recursos contra o resultado das solicitações de isenção da taxa de inscrição	27/01/22	quinta-feira, 27 de janeiro de 2022
7.	Divulgação dos pareceres dos recursos contra o resultado das solicitações de isenção da taxa de inscrição	28/01/22	sexta-feira, 28 de janeiro de 2022
8.	Término das inscrições	07/02/22	segunda-feira, 7 de fevereiro de 2022
9.	Data-limite do pagamento da taxa de inscrição	08/02/22	terça-feira, 8 de fevereiro de 2022
10.	Data-limite para submissão da documentação comprobatória e do Memorial Descritivo	08/02/22	terça-feira, 8 de fevereiro de 2022
11.	Divulgação das inscrições homologadas	11/02/22	sexta-feira, 11 de fevereiro de 2022
12.	Data-limite para recursos contra o resultado da etapa de Homologação das Inscrições	14/02/22	segunda-feira, 14 de fevereiro de 2022
13.	Divulgação dos pareceres dos recursos contra inscrições não-homologadas	17/02/22	quinta-feira, 17 de fevereiro de 2022
14.	Resultado Preliminar	18/02/22	sexta-feira, 18 de fevereiro de 2022
15.	Data-limite para recursos contra o Resultado Preliminar	21/02/22	segunda-feira, 21 de fevereiro de 2022
16.	Resultado Final e 1ª Chamada – Oferta 2022.1	24/02/22	quinta-feira, 24 de fevereiro de 2022
17.	Início da pré-matrícula (<i>on-line</i>) em 1ª Chamada	25/02/22	sexta-feira, 25 de fevereiro de 2022
18.	Abertura da etapa de comprovação <i>on-line</i> de exigências do SRV (toda e qualquer modalidade de reserva de vagas) dos candidatos convocados em 1ª Chamada	25/02/22	sexta-feira, 25 de fevereiro de 2022



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS

Item	Evento	Data	Por extenso
19.	Término da etapa de comprovação <i>on-line</i> de exigências do SRV (toda e qualquer modalidade de reserva de vagas) dos candidatos convocados em 1ª Chamada	08/03/22	terça-feira, 8 de março de 2022
20.	Etapa de comprovação por entrevista telepresencial de exigências do SRV (modalidades que envolvem Cor-Etnia e/ou PcD) dos candidatos convocados em 1ª Chamada	09/03/22	quarta-feira, 9 de março de 2022
21.	Etapa de comprovação por entrevista presencial de exigências do SRV (modalidades que envolvem Cor-Etnia e/ou PcD) dos candidatos convocados em 1ª Chamada	10/03/22	quinta-feira, 10 de março de 2022
22.	Resultado da etapa de comprovação de exigências do SRV	11/03/22	sexta-feira, 11 de março de 2022
23.	Data-limite para recursos contra o resultado da etapa de comprovação de exigências do SRV - 1ª Chamada	14/03/22	segunda-feira, 14 de março de 2022
24.	Reavaliação dos candidatos/documentos indeferidos no SRV - 1ª Chamada que apresentaram recurso	16/03/22	quarta-feira, 16 de março de 2022
25.	Resultado dos recursos no SRV - 1ª Chamada	16/03/22	quarta-feira, 16 de março de 2022
26.	Término da pré-matrícula (on-line) em 1ª Chamada	15/03/22	terça-feira, 15 de março de 2022
27.	Resultado da pré-matrícula (on-line) em 1ª Chamada	16/03/22	quarta-feira, 16 de março de 2022
28.	Recurso da pré-matrícula (on-line) em 1ª Chamada	17/03/22	quinta-feira, 17 de março de 2022
29.	Resultado do recurso da pré-matrícula (on-line) em 1ª Chamada	18/03/22	sexta-feira, 18 de março de 2022
30.	Início do período para chamadas subsequentes – Oferta 2022.1	21/03/22	segunda-feira, 21 de março de 2022